CENTRO DE FORMAÇÃO EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

ACADEBio

ICMBio-MMA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO - PPP

ACADEBio 15 anos

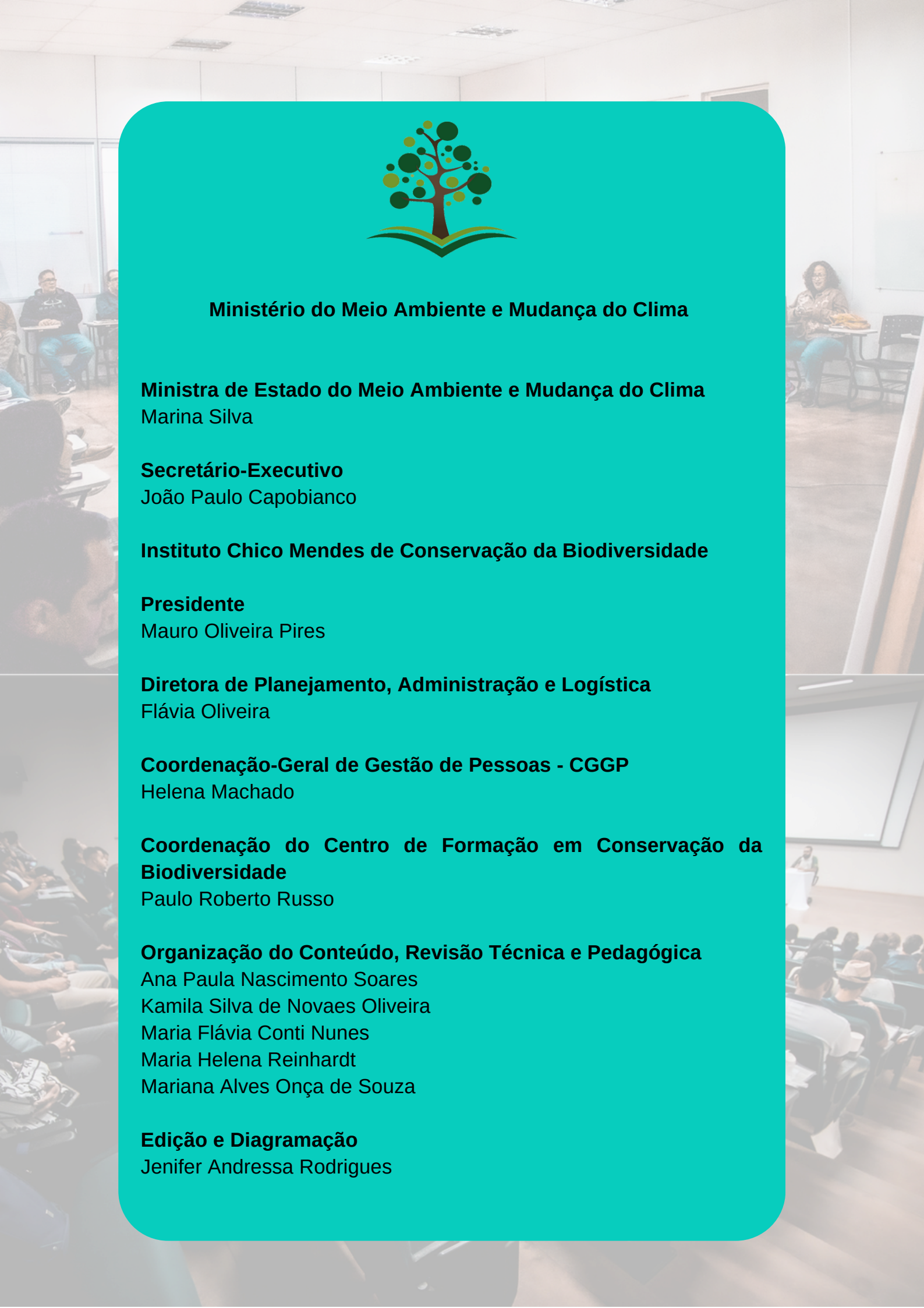
ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Marina Silva

Secretário-Executivo
João Paulo Capobianco

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Presidente
Mauro Oliveira Pires

Diretora de Planejamento, Administração e Logística
Flávia Oliveira

Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP
Helena Machado

Coordenação do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
Paulo Roberto Russo

Organização do Conteúdo, Revisão Técnica e Pedagógica
Ana Paula Nascimento Soares
Kamila Silva de Novaes Oliveira
Maria Flávia Conti Nunes
Maria Helena Reinhardt
Mariana Alves Onça de Souza

Edição e Diagramação
Jenifer Andressa Rodrigues

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. **INTRODUÇÃO**

2. **MARCO SITUACIONAL**
   2.1. Caracterização da ACADEBio
   2.2. Contexto da ACADEBio
   2.3. Caracterização das ações de desenvolvimento realizadas pela ACADEBio
   2.4. Formação de Instrutores(as)

3. **MARCO REFERENCIAL**
   3.1. Intencionalidade na Educação
   3.2. O ser humano adulto e a andragogia
   3.3. Arcabouço legal e documentos orientadores
   3.4. Finalidades educativas da ACADEBio
   3.5. O desenvolvimento de competências para a instrutoria
   3.6. Avaliação de aprendizagem
   3.7. Síntese das orientações para balizar a atuação da instrutoria

4. **MARCO OPERACIONAL**
   4.1. Desafios e linhas de ação
   4.2. Plano de Monitoramento do PPP

5. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da ACADEBio tem como proposta nortear a atuação do **Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio**, reunindo as informações sobre sua estrutura, organização de trabalho, princípios pedagógicos norteadores, atividades e ações educacionais realizadas ao longo de sua trajetória além de explicitar sua visão de futuro e as diretrizes para o estabelecimento de parcerias em sua ampla atuação, agora contemplando a Especialização Lato Sensu.

Destaca-se que a construção deste documento está ancorada nas diretrizes e metodologia do Projeto Político Pedagógico do ICMBio, construído com apoio da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 2016 para orientar as ações educativas no Instituto Chico Mendes como um todo, tanto na implementação da política de formação realizada pela Educação Corporativa, como também em todos os outros processos educativos que a instituição promove nos territórios de ação[1]. Assim, na elaboração do PPP da ACADEBio, e em suas futuras revisões, mantém-se a característica reflexiva, dinâmica, crítica, assertiva e agregadora de múltiplos significados do PPP ICMBio, buscando evidenciar elementos que contemplem as três dimensões a seguir:

PROJETO/campo dos sonhos
Visão de futuro, indicação de onde queremos chegar no que diz respeito aos processos educativos.

POLÍTICO/campo das ações
Posicionamento político, busca de transformações nas relações internas, com outras instituições e com a sociedade.

PEDAGÓGICO/ campo da vivência
Métodos, técnicas, postura para promover trocas e construções continuadas de conhecimento.

Nessa perspectiva, o PPP é o instrumento orientador de todas as ações educativas da escola e reflete seus princípios pedagógicos e referenciais estratégicos, bem como sua finalidade prevista no Decreto nº 11.193, de 8 de setembro de 2022, e na Portaria ICMBio nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022.

A elaboração do PPP foi realizada de forma colaborativa, desde a estruturação do projeto até a fase final, envolvendo os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ACADEBio, a equipe de servidores(as) da ACADEBio e servidores(as) do ICMBio, incluindo o Comitê Gestor de Capacitação (CGCAP) e o corpo de instrutores(as)/docentes, seguindo as etapas a seguir:

Neste processo de construção, foram considerados os seguintes valores: a prática dialógica, com o envolvimento e participação de pessoas relacionadas com os processos educativos institucionais, e a manutenção da compreensão crítica e sistêmica ao tratar do contexto e dos desafios da ACADEBio, a fim de identificar as possibilidades de intervenção educativa na realidade.

Espera-se que este PPP seja um documento vivo, que se constitua num referencial para a práxis educativa, possibilitando que a ACADEBio fortaleça e aprimore sua política de formação, tanto com relação a servidores e servidoras do próprio ICMBio quanto no que diz respeito às possibilidades de ampliação de ações para outros atores parceiros e beneficiários da missão institucional, colaborando para que ela se concretize.

1. INTRODUÇÃO

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e que tem como missão "formular e implementar políticas públicas ambientais visando proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável". Sob sua gestão estão os espaços territoriais das Unidades de Conservação (UCs) federais, com 335 unidades distribuídas em todos os estados e biomas brasileiros. Esses espaços abrigam, em seu interior ou em áreas do entorno, uma rica diversidade de populações humanas, habitats, ecossistemas, biotas e patrimônios naturais, históricos e culturais.

Além da atuação com foco nas UCs federais, o Instituto também tem a função de fomentar e executar programas de pesquisa e conservação de espécies ameaçadas e do patrimônio espeleológico em todo o território brasileiro.

A atuação do Instituto nesses diversos territórios tem se mostrado muito complexa e por isso depende de uma rede de servidores(as) e parceiros(as) competentes para a execução de ações qualificadas e pertinentes. Por esta razão, desde sua criação, em agosto de 2007, o ICMBio se destaca por investir em processos educacionais voltados à qualificação profissional e atualização dessa rede, sendo a qualificação da equipe e parceiros uma das principais estratégias de fortalecimento da instituição.

Na cultura organizacional do ICMBio, a experiência leva a acreditar no potencial de transformação que a educação pode fomentar nas pessoas (servidores, parceiros e sociedade) e nas realidades em que elas vivem, bem como no impacto disso em boas práticas na gestão de Unidades de Conservação e outras políticas públicas relacionadas à missão e funcionamento do ICMBio. Uma das principais ações para a potencialização desta cultura educadora foi o investimento, feito em 2009, em uma estrutura própria especializada para a realização de eventos de capacitação: o Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio).

Ao longo dos seus anos de existência, a ACADEBio passou por processos de reestruturação, partindo de uma atuação voltada ao suporte e recepção de cursos presenciais, para se tornar um Centro de Formação com atuação mais abrangente. Atualmente, a ACADEBio trabalha diretamente no planejamento, monitoramento e avaliação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) do ICMBio, documento que orienta as ações de desenvolvimento ofertadas aos servidores. Especificamente, oferece suporte no planejamento, execução e avaliação das ações de treinamento e desenvolvimento no âmbito da Educação Corporativa, bem como atuando em conjunto com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DIPLAN) e demais áreas técnicas do ICMBio. Neste contexto, o Projeto Político Pedagógico do ICMBio (UFSCar, 2016) tem sido o referencial norteador e metodológico da ACADEBio. Porém, com o incremento das ações da escola, identificou-se a necessidade de se elaborar um Projeto Político Pedagógico exclusivo deste Centro de Formação.

A elaboração do PPP ACADEBio teve início em janeiro de 2023 e o texto construído seguiu a mesma estrutura utilizada no PPP ICMBio, com base no proposto por Vasconcellos (2010), com a organização em três marcos:

Marco Situacional

Apresenta a estrutura, funcionamento e atribuições da ACADEBio, relacionando com uma análise de contexto que abarca um diagnóstico de problemas, necessidades e avanços presentes na realidade social, política, econômica, cultural, ambiental, educacional e suas influências nas práticas educativas deste Centro de Formação.

Marco Conceitual (ou Referencial)

Expressa algumas opções políticas, filosóficas e pedagógicas (teórico-metodológicas) que orientam as ações educativas da ACADEBio.

Marco Operacional

Define linhas de ação e a reorganização do trabalho na perspectiva pedagógica, administrativa, financeira e político-social para o atendimento dos desafios e necessidades apontadas no Marco Situacional e em coerência com as opções expressas no Marco Conceitual. Esse último marco será a base para os planos operacionais da ACADEBio.

Além desses três marcos, no final do documento há um plano de ações e monitoramento, que propõe uma dinâmica de revisão periódica do PPP, com a intenção de acompanhar o dinamismo que caracteriza tanto o contexto da área ambiental quanto a práxis educativa.

Notas de Rodapé

[1] As ações educativas com foco principal no público externo são realizadas de maneira mais independente pelas unidades descentralizadas e/ou pela área técnica do Instituto responsável pela temática abordada, a exemplo das ações desenvolvidas pela Coordenação de Educação Ambiental, entre outras.

2. MARCO SITUACIONAL

Neste marco objetiva-se caracterizar a ACADEBio, reunindo informações sobre seu histórico e atribuições regimentais, apresentando, em seu contexto, a compreensão sobre o papel da escola para além do Instituto e considerando sua atuação no âmbito da Gestão Ambiental - GAP[2] brasileira e seu papel na implementação da Educação Corporativa e da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP).

2.1. Caracterização da ACADEBio

2.1.1. Histórico e atribuições

Criada em setembro de 2009 como uma estratégia de gestão para o investimento na formação e qualificação do quadro de servidores(as) e com a finalidade de estabelecer um lócus apropriado para a capacitação continuada dos servidores e servidoras da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, a ACADEBio se desenvolveu no decorrer dos anos, não apenas no que tange à estrutura física, como também na ampliação de suas atribuições e organização de suas equipes. Após sua inauguração, com o 1° curso de formação de novos(as) analistas ambientais do ICMBio, a ACADEBio tornou-se a sede da maioria dos eventos de capacitação de servidores(as) do ICMBio, passando a ter grande relevância institucional e um papel fundamental na consolidação da identidade e da cultura organizacionais (SILVA et al., 2015).

Instalada em estrutura pré-existente na Floresta Nacional de Ipanema, em Iperó, no interior de São Paulo, a ACADEBio ocupou prédios originalmente construídos e utilizados pelo extinto Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CNEA), que foram reformados e adaptados para permitirem atividades administrativas, educacionais e de hospedagem. Devido ao seu local de instalação, a ACADEBio proporciona uma condição de imersão que, somada à dinâmica pedagógica adotada nos eventos realizados, propicia um espaço para a problematização dos temas, a troca de experiências e a experimentação. A escola se tornou, assim, um importante campo de intercâmbio para a construção de soluções inovadoras para os desafios compartilhados na gestão de áreas protegidas e da biodiversidade brasileira (SILVA et al., 2015).

Desde a sua criação até a atualidade a ACADEBio passou por uma gradual estruturação, definição de procedimentos de trabalho e melhoria de suas instalações. Suas atribuições também se modificaram e foram ampliadas no decorrer dos anos. Abaixo estão destacados alguns marcos nesse sentido:

2011

Formalmente regulamentada dentro da estrutura do ICMBio, por meio do Decreto nº 7.515/2011.

2012 e 2013

Realizou seu primeiro planejamento estratégico, com base nas novas competências.

2015

A ACADEBio foi declarada pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) como Escola de Governo e passou a integrar a Rede Nacional de Escolas de Governo e o Sistema de Escolas de Governo da União.

2022

Teve suas atribuições detalhadas e ampliadas com a publicação do Decreto nº 11.193, que reformulou a estrutura regimental, e da Portaria nº 1.270, que aprovou o regimento do ICMBio.

Em 2021, a ACADEBio atualizou seu planejamento estratégico[3] com base nas atribuições ampliadas apresentadas no novo regimento interno do ICMBio, estabelecendo sua missão e visão:

MISSÃO

Desenvolver líderes para a conservação da natureza.

VISÃO

Consolidar-se como um centro de desenvolvimento de estratégias, modelos e competências em gestão para a conservação da natureza.

Na nova reestruturação do ICMBio, em 2022, a ACADEBio foi elevada à categoria de coordenação, absorvendo competências da antiga Coordenação de Carreira e Desenvolvimento (COCAD), conforme o Decreto nº 11.193/2022 e a Portaria ICMBio nº 1.270/2022. A seguir, as competências detalhadas da escola:

Competências da ACADEBio

1. propor, em articulação com o Comitê Gestor de Capacitação, diretrizes e políticas para a Educação Corporativa;

2. coordenar e monitorar a execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), alinhado ao Projeto Político Pedagógico e às ações prioritárias do Instituto Chico Mendes, em articulação com o Comitê Gestor de Capacitação e outras atividades relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos servidores do ICMBio;

3. coordenar o registro das formações e a disseminação do conhecimento por meio do ensino, de publicações e do fomento ao uso de ambientes de aprendizagem e colaboração;

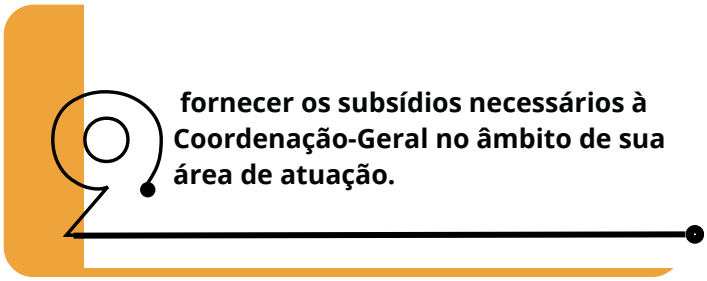
4. apoiar a gestão do conhecimento em sociobiodiversidade e realizar a gestão do acervo bibliográfico próprio;

5. propor a aplicação de novas metodologias e tecnologias, múltiplas modalidades de ensino e aprendizagem (presenciais e a distância), outros ambientes e estruturas educadoras;

6. promover, executar e monitorar a avaliação dos Planos de Desenvolvimento de Pessoas e outras atividades relacionadas à formação dos servidores do ICMBio;

7. promover atividades de formação e aperfeiçoamento de parceiros, assim como ações de educação ambiental e gestão do conhecimento do ICMBio;

8. executar, monitorar e avaliar ações de acesso e uso de recursos orçamentários e oriundos de parcerias, incluindo planejamentos anuais e plurianuais, elaboração de orçamento para eventos e relatórios de gestão administrativa e financeira da Política de Desenvolvimento de Pessoas;



As últimas reestruturações regimentais reposicionaram a ACADEBio quanto:

- **Às suas atribuições**: passando de uma unidade meramente executora de eventos de capacitação para unidade propositiva e planejadora, ocupando um espaço fundamental na execução e monitoramento do Projeto Político Pedagógico do ICMBio e das diretrizes institucionais referentes à capacitação de servidores e gestão do conhecimento institucional.

- **Ao seu público**: ao incluir a possibilidade de ofertar cursos para um público externo ao ICMBio, indo além das capacitações voltadas para os servidores do Instituto

Entende-se que a experiência que o ICMBio possui em processos de capacitação na área ambiental pode ser uma contribuição significativa para instituições e atores das três esferas federativas, possibilitando oportunidades de articulação e de difusão de conhecimentos, inclusive com oferta de cursos com certificação de pós-graduação. Esta visão de futuro já havia sido expressa por um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2012 intitulado “Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia”, que considerou a escola como exemplo de boa prática de gestão e reconheceu que “o aprimoramento da gestão da ACADEBio poderá transformá-la não somente num centro de treinamento dos servidores do ICMBio, mas sim de todos os órgãos e entidades envolvidos no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação)” (BRASIL, 2013 apud SILVA et al., 2015).

Nesse sentido, a gestão da escola tem buscado atuar, concomitantemente, no fortalecimento da Educação Corporativa e na ampliação do escopo de atuação para outros órgãos, especialmente aqueles que compõem o SNUC e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Destacam-se os esforços para: obtenção de certificação de programa de pós-graduação junto ao Ministério da Educação (MEC); promoção da educação a distância; intensificação de parcerias no âmbito do ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação em meio ambiente; previsão de oferta de vagas para servidores(as) de outros órgãos em cursos do ICMBio; disponibilização da estrutura e serviços da ACADEBio para a realização de cursos de outras instituições.

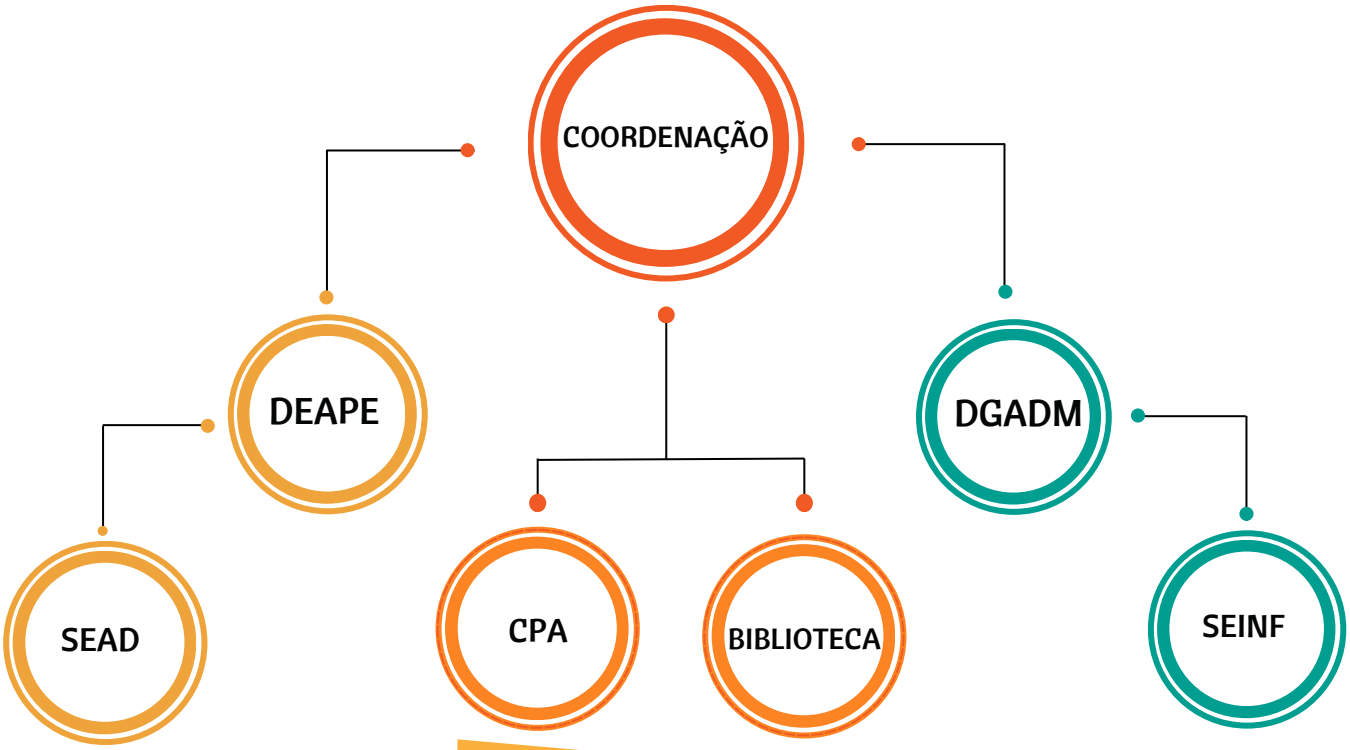
O PPP da ACADEBio é uma peça fundamental no que diz respeito à efetivação do processo de credenciamento desta escola junto ao MEC para oferta de cursos de pós-graduação. Importante salientar que não serão tratados, no PPP, os processos relacionados ao Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pois este programa é uma responsabilidade da Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM/DISAT), por meio da Portaria ICMBio nº 2.085/2023. Contudo, entende-se a concepção da Educação Ambiental como transversal em todos os processos educativos abordados neste documento.

2.1.2 Estrutura organizacional e de pessoal

Do ponto de vista da estrutura organizacional, a ACADEBio é uma unidade descentralizada do ICMBio, vinculada diretamente à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN). A DIPLAN coordena e supervisiona as atividades do Centro de Formação, conforme estabelecido no Decreto nº 11.193/2022, art. 3º e art. 10.

A gestão é desempenhada pelo(a) coordenador(a) da ACADEBio e está apoiada pela Divisão de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Pessoas (DEAPE) e pela Divisão de Gestão Administrativa (DGADM), às quais se vinculam, respectivamente, o Setor de Educação a Distância (SEAD/DEAPE) e o Setor de Infraestrutura (SEINF/DGADM), conforme organograma apresentado na Figura 1 (Portaria ICMBio nº 1.270, de 29 de dezembro de 2022, art. 3º).

Figura 1 - Organograma da ACADEBio



Abaixo trazemos as atribuições relacionadas a essas instâncias:

COORDENAÇÃO DA ACADEBIO:

-propõe em articulação com o Comitê Gestor de Capacitação, diretrizes e políticas para a educação corporativa;
-coordena e monitora a execução do PDP alinhados ao PPP e as ações prioritárias do ICMBio, em articulação com o Comitê Gestor de Capacitação e outras atividades relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos servidores;
-coordena o registro das formações, disseminação do conhecimento por meio do ensino;
-apoia a gestão do conhecimento em sociobiodiversidade;
-propõe a aplicação de novas metodologias e tecnologias, múltiplas modalidades de ensino e aprendizagem ou outros ambientes e estruturas educadoras;
-promove, executa e monitora a avaliação do PDP e outras atividades relacionadas à formação dos servidores do ICMBio;
-promove atividades de formação e aperfeiçoamento de parceiros, assim como de ações de gestão do conhecimento do ICMBio;
-fornece os subsídios necessários à Coordenação-Geral no âmbito de sua área de atuação.

DEAPE:

- propõe, executa e avalia o PDP alinhados ao PPP e as ações prioritárias do ICMBio, em articulação com o Comitê Gestor de Capacitação e outras atividades relacionadas à formação e ao desenvolvimento dos servidores;
- planeja, executa e monitora as ações voltadas à gestão do conhecimento oriundo da Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio;
-gere o Serviço de Educação a Distância;
-propõe a aplicação de novas metodologias e tecnologias, múltiplas modalidades de ensino e aprendizagem ou outros ambientes e estruturas educadoras para os processos formativos;
- supervisiona as ações voltadas ao uso de tecnologias de ensino a distância e outros
ambientes virtuais nas ações de formação sob responsabilidade da ACADEBio;
- implanta, monitora, avalia e atualiza o Projeto Político Pedagógico do ICMBio;

DEAPE:

-emite certificados e declarações para as capacitações aprovadas pelo CGCAP, e mantém atualizada a documentação das ações educacionais;

- fornece os subsídios necessários à Coordenação da ACADEBio no âmbito de sua área de atuação;

-analisa e monitora as solicitações de concessão de licença-capacitação, de horário especial estudante, de participação de servidores em programas de pós-graduação, em eventos capacitação de curta, média e longa duração, no país e no exterior, e do programa de incentivo ao estudo de língua estrangeira;

-registra as atividades educacionais realizadas, quantitativo de horas e valores a serem pagos aos servidores referentes à gratificação por encargo de curso e concurso.

SEAD:

-planeja, executa, monitora e avalia junto às áreas técnicas as ações de formação voltadas ao uso de tecnologias de ensino a distância e outros ambientes virtuais, nas ações de formação de responsabilidade da ACADEBio;

-estrutura e atualiza o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, nos aspectos pedagógicos;

- incentiva o uso de tecnologias de educação a distância pelos servidores do ICMBio.

DGADM:

- planeja, executa, monitora e avalia os serviços de logística das ações de desenvolvimento dos servidores e dos eventos que ocorrem na ACADEBio;
- realiza a gestão e fiscalização dos contratos administrativos da ACADEBio;
- realiza a gestão patrimonial da ACADEBio.

SEINF:

- planeja, executa e monitora os traslados realizados pela ACADEBio;
- realiza a gestão da frota da ACADEBio;
- realiza o controle de materiais e insumos;
- executa, monitora e avaliar os serviços de manutenção predial.

BIBLIOTECA:

- Gestão de acervo bibliográfico físico e digital da ACADEBio.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA):

- conduz o processo de avaliação institucional;
- fornece informações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no âmbito do credenciamento da ACADEBio junto ao MEC.

A operacionalização da maior parte das atividades da ACADEBio ocorre através de contratos administrativos, de prestação de serviços terceirizados (apoio administrativo, recepção, limpeza, manutenção, vigilância, alimentação, transporte, serviço médico, etc). Considerando a equipe de servidores concursados e colaboradores terceirizados, a ACADEBio atualmente conta com um quadro de 56 (cinquenta e seis) profissionais, conforme descrito nos Quadros 1 e 2:

Quadro 1 - Relação de servidores(as) dedicados(as) à ACADEBio - 2024.

Fonte: ACADEBio, 2024

CARGOS	QUANTIDADE	SETOR DE ATUAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Analista Ambiental	08	01 - Coord. ACADEBio 01 - Chefe DGADM 01 - Chefe DEAPE 01 - Chefe SEAD 03 - DEAPE e 01 SEAD	Quadro permanente ICMBio
Analista Superior Pedagogia	02	01 - DEAPE 01 - SEAD	Empregado Público Cedido INFRAERO
Auxiliar Administrativo	01	01- Chefe SEINF	Quadro permanente ICMBio
Analista Administrativo	01	01- Comunicação e SEAD	Quadro permanente ICMBio
Técnico Ambiental	01	01- SEINF	Quadro permanente ICMBio
Agente Ambiental Temporário	09	8- SEINF 1- DEAPE	Quadro temporário ICMBio
Professora de Magistério Superior	01	01 - DEAPE	Servidor Público Cedido UNIFAP

Quadro 2 - Relação de colaboradores(as) dedicados(as) à ACADEBio - 2023.

CARGOS	QUANTIDADE	SETOR DE ATUAÇÃO
Assistente Administrativo	08	01 Assessoria da Coordenação 07 DEAPE
Apoio Administrativo	08	07 DGADM 01 DEAPE
Motorista	02	SEINF
Bibliotecária	01	Coordenação da ACADEBio
Servente de limpeza	13	SEINF
Técnico de Informática	01	DGADM

Fonte: ACADEBio, 2023

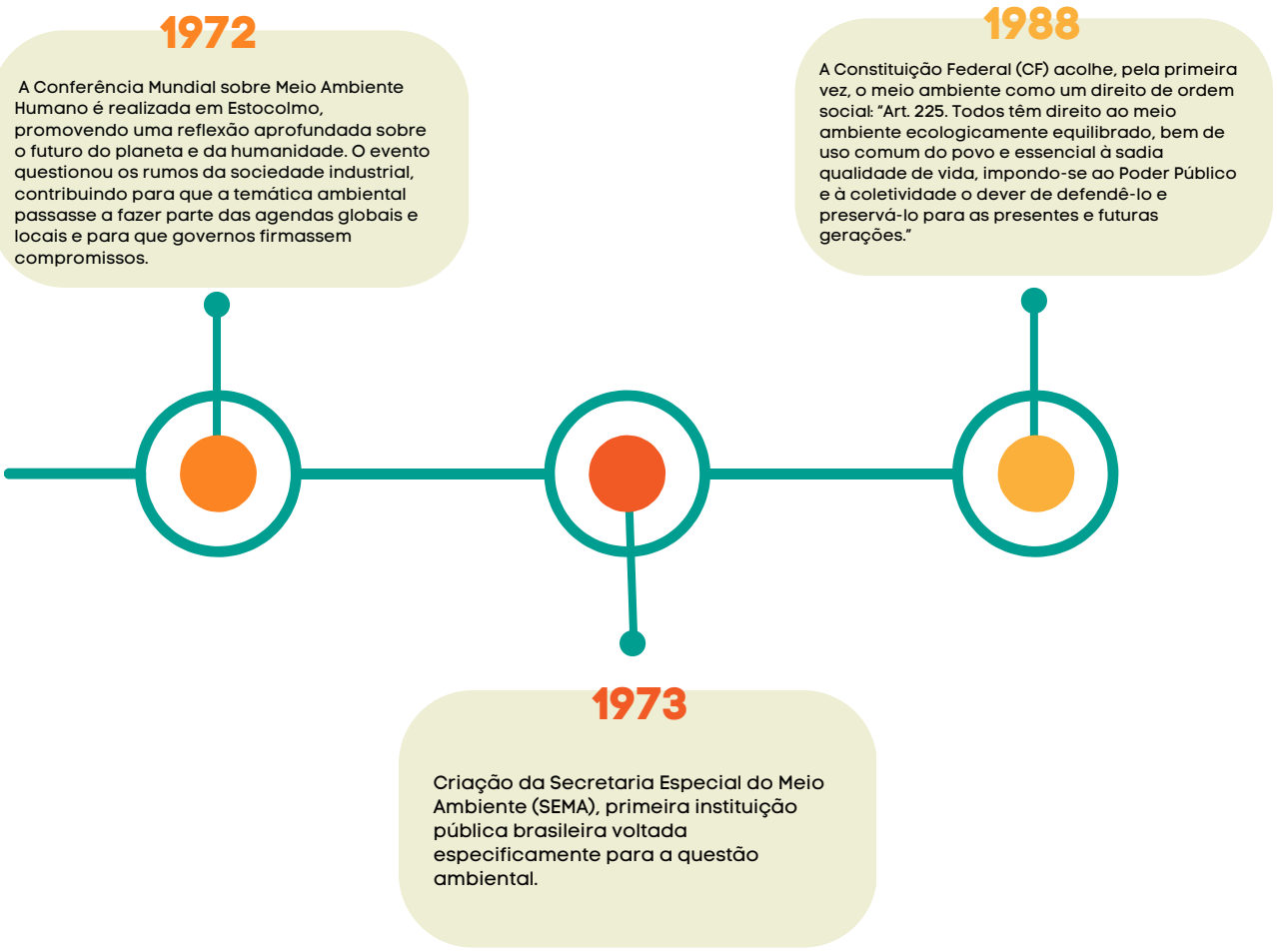
Além dos funcionários e colaboradores listados nos Quadros 1 e 2, a ACADEBio conta ainda com 02 servidoras que atuam remotamente nas atividades pedagógicas e 03 pessoas no suporte à comunicação e desenho instrucional de cursos EAD.

2.2. Contexto da ACADEBio

2.2.1. O papel da ACADEBio no processo de Gestão Ambiental Pública e suas contribuições para os desafios ambientais da atualidade

A ACADEBio atende o público interno do ICMBio e também se abre para atuar junto a parceiros, como os órgãos que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e outros, como os que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Essas instâncias citadas fazem parte da estrutura federativa do Estado brasileiro e, por esta razão, entende-se que é preciso conhecer bem os desafios da Gestão Ambiental Pública (GAP) para compreender a fundo o contexto que "emoldura" o fazer da ACADEBio.

É preciso compreender a Gestão Ambiental Pública como um fenômeno em movimento dentro de um histórico de avanços e retrocessos no âmbito da conservação e da justiça socioambiental. Conhecer esse cenário é fundamental para localizar o papel político e social da ACADEBio e para a definição de intencionalidade, concepção pedagógica e arranjos estruturais coerentes com esse papel. Seguem na linha do tempo a seguir alguns marcos da conservação ambiental relacionados à GAP.



A Gestão Ambiental Pública (GAP) pode ser entendida, em essência, como um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais pelo controle da destinação dos recursos ambientais na sociedade, realizado pelo Estado. A depender do modo como esta mediação é realizada, será definida e redefinida a distribuição de custos e benefícios na sociedade (Quintas 2005). Assim, por princípio, a GAP não pode ser neutra, pois deve ser praticada em nome do bem comum e do interesse público, assim como preconiza o artigo 225 da Constituição.

Para que a atividade de Gestão Ambiental Pública fosse efetivada no país, no decorrer dos anos foram sendo criadas instituições públicas e um amplo marco legal que orienta sua atuação, com a definição de mecanismos e instrumentos de gestão para realizar essas ações de Estado. Tal estruturação se deu dentro de um processo político de pressões internas e externas, debates, negociações e acordos.

O ICMBio é uma das estruturas executoras que nasceu para operacionalizar algumas atribuições da GAP, em articulação com uma rede de outros órgãos públicos do SISNAMA, do SISBIN e com a participação da sociedade. Para cumprir a sua missão, o ICMBio atua em diversas frentes, tais como: a promoção e o fomento à pesquisa e ao monitoramento da biodiversidade; a prevenção, o combate a incêndios e a fiscalização de crimes ambientais dentro das UCs federais; a promoção do uso sustentável dos recursos naturais; a realização de políticas públicas para as comunidades tradicionais que vivem no interior ou no entorno das UCs; a estruturação da visitação e do ecoturismo nas UCs; e o incentivo à participação da sociedade por meio do voluntariado e de ações de Educação Ambiental.

Para que o Instituto tenha efetividade no cumprimento de suas atribuições, um dos requisitos fundamentais é ter pessoas qualificadas executando o trabalho na instituição. Também é relevante que parceiros, como os órgãos do SISNAMA, SISBIN, organizações sociais e sociedade como um todo, também estejam aptos para contribuir com a responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade na defesa de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo.

Portanto, esta é uma importante contribuição da ACADEBio para a GAP: realizar e dar suporte às ações de desenvolvimento voltadas à qualificação pessoal e profissional de servidores(as) e parceiros, impactando na melhoria da execução das incumbências do Instituto e atingindo positivamente os territórios de atuação.

Entende-se que, para esse propósito, é fundamental um modelo próprio de educação que seja adequado para lidar com um cenário complexo e desafiador como o que compõe a questão socioambiental no Brasil. Cabe salientar que, em escala global e no contexto brasileiro, a agenda socioambiental tem passado por muitos desafios, encontrando-se fragilizada e ameaçada, conforme destaca-se a seguir:

1

Diferente dos avanços pós conferências da ONU em Estocolmo (1972) e Rio de Janeiro (1992), as conferências entre nações sobre o meio ambiente foram marcadas por uma cisão entre discursos e compromissos concretos por parte dos governos, havendo retrocessos em princípios estruturantes estabelecidos na Rio 92 (GUIMARÃES, 2012).

2

Descrédito por parte da sociedade civil, dos meios de comunicação e da comunidade científica quanto ao antigo sonho de um modelo de desenvolvimento humano sustentável (GUIMARÃES, 2012).

3

Tendência mundial de enfraquecimento e pressão sobre os sistemas de proteção do meio ambiente, o que se verifica também no Brasil.

4

Na gestão de áreas protegidas, que é o cerne do trabalho do ICMBio no cenário brasileiro, há uma tendência conhecida como "efeito PADDD - em inglês Protected área downgrading, downsizing, and degazettement (MASCIA e PAILLER 2011) redução, recategorização e extinção de áreas protegidas", em tradução livre. Padrão detectado em várias regiões do mundo, trata-se de diminuição no nível de proteção de áreas protegidas, redução de tamanho ou extinção total do status de território legalmente protegido.

5

A demarcação de áreas protegidas implica em limitações de direitos individuais e de corporações, em benefício do interesse da coletividade. A delimitação de espaços territorialmente protegidos conflita com interesses de grandes setores que têm seu negócio baseado nos usos da terra e dos recursos naturais, como agronegócio, mineração, indústria, setor elétrico, setor imobiliário, entre outros.

6

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional propostas que têm potencial de impactar negativamente a conservação socioambiental e da biodiversidade. Alguns desses projetos foram votados em caráter de urgência e sem debate público, o que tem gerado críticas e desconfianças dos setores ambientalistas.

7

As alterações significativas no Código Florestal Brasileiro, feitas em 2012, afetaram vários níveis de proteção da vegetação nativa que constavam na legislação anterior.

8

Crise hídrica, alagamentos e outros impactos relacionados às mudanças climáticas ou à construção de barragens e outros empreendimentos afetam com maior intensidade as populações mais vulneráveis.

9

Redução da capacidade operacional e técnica dos órgãos ambientais, como IBAMA e ICMBio, entre os anos de 2019 e 2022, por meio de mudanças administrativas infralegais.

10

Ataques contra lideranças e grupos que lutam pelo direito e uso tradicional da terra e também contra aqueles que denunciam crimes como grilagem de terras, trabalho escravo, extração ilegal de madeira, desmatamentos e outros crimes socioambientais.

11

Interiorização da atuação das facções criminosas no país, principalmente na região da Amazônia, com envolvimento em atividades ilegais de garimpo e extração de madeira (FBSP, 2021).

12

Contextos hostis em que muitos dos servidores e servidoras do ICMBio estão submetidos ao atuarem na Gestão Ambiental Pública, inclusive casos de ameaças e investidas concretas de violência contra servidores(as) no exercício de suas funções.

Por reconhecer os desafios postos e entender que muitos outros possam surgir diante da complexa agenda ambiental, desde a elaboração do PPP ACADEBio assumiu-se a necessidade de colocar em prática um modelo de educação pragmático, voltado a qualificar a atuação do servidor e, ao mesmo tempo, comprometido com uma concepção reflexiva, crítica e transformadora de educação.

Considerando os interesses econômicos e políticos envolvidos, e a premissa de que o Estado tem o dever de atuar em nome do bem comum e do interesse público, fica claro que é preciso ter uma instituição forte e servidores(as) muito bem articulados e preparados para sua atuação. Para tanto, a Educação Corporativa configura-se como um recurso estratégico e político imprescindível para o aperfeiçoamento pessoal e profissional do corpo funcional do ICMBio, com vistas à atuação em cenários de trabalho complexos. As atividades educativas servem, ainda, como lócus de reflexão e discussão que têm como horizonte a conservação socioambiental, o bem-estar dos servidores e servidoras e o fortalecimento institucional.

O uso de uma abordagem crítica contribui para uma compreensão aprofundada do contexto geral e dos dos territórios onde servidores(as) e parceiros atuam, almejando soluções pertinentes para os problemas apresentados. Os eventos educativos, além de aprimorarem conhecimentos, habilidades e atitudes, também propiciam o fortalecimento da noção “de conjunto” entre esses atores que vivenciam desafios comuns. Nesse sentido, a percepção de esforço coletivo potencializa ações organizadas e convergentes. A Educação Corporativa é também um espaço para reflexões sobre o papel, as obrigações e os deveres éticos dos servidores públicos, principalmente quando há cenários com pressões externas de setores políticos e econômicos sobre a atuação desses profissionais.

Com a participação de outras esferas do Estado e da sociedade nas ações de formação e desenvolvimento da ACADEBio, é esperado que haja um aumento do envolvimento desses atores, convergindo para o mesmo propósito da missão do ICMBio. Nos processos educativos é importante problematizar a relevância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e os riscos à sua integridade e efetividade nos dias atuais, bem como promover o uso de ferramentas que potencializem uma maior participação social na gestão ambiental e na defesa do meio ambiente preservado para presentes e futuras gerações.

2.2.2. Papel da ACADEBio na implementação da Educação Corporativa do ICMBio

A Educação Corporativa é uma estratégia de desenvolvimento de pessoas e de aprendizagem organizacional voltada ao atendimento do planejamento estratégico das instituições (EBOLI et al., 2005). Na esfera pública, esta estratégia foi institucionalizada em 2006, por meio da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal – PNDP (Decreto nº 5.707/2006, revogado pelo Decreto nº 9991/2019), e que atualmente é regulamentada pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020, e Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, atualizada pela Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 69, de 13 de julho de 2021.

A PNDP tem o objetivo de promover o desenvolvimento dos(as) servidores(as) públicos(as) nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

A política apresenta instrumentos e diretrizes para o gerenciamento das ações de capacitação no âmbito da Administração Pública Federal e desempenha um papel central no processo de construção de novos perfis de qualificação profissional no serviço público. Suas principais diretrizes são:

1. O desenvolvimento permanente do(a) servidor(a), valorizando diversas formas de aprendizagem.
2. O foco na melhoria da eficiência e eficácia dos serviços prestados.
3. O alinhamento dos processos de capacitação com os objetivos estratégicos das instituições.
4. A racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
5. A formação de uma cultura educacional organizacional em que o conhecimento adquirido passe a ser patrimônio de todos(as).

6

A inserção do processo de Gestão por Competências como um referencial para as ações continuadas de capacitação, entendendo competências como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho qualificado das funções dos servidores.

Entre os instrumentos para a operacionalização da política, destacam-se o Mapeamento de Competências e o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), por serem estruturantes para a Educação Corporativa.

A implementação do modelo de Gestão por Competências no Instituto está regulamentada internamente pelas diretrizes da Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio. Há diferentes processos envolvidos no âmbito da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) que buscam viabilizar que a Gestão de Pessoas esteja alinhada aos objetivos estratégicos da instituição. Esta política se concretiza através da otimização de processos de identificação, gerenciamento e desenvolvimento do conjunto de competências do quadro de servidores e colaboradores dentro da organização.

O Mapeamento de Competências é realizado pela Coordenação de Carreira e Gestão Estratégica de Pessoas (COCAGE/CGGP), que faz um trabalho de identificação das competências organizacionais e individuais necessárias ao alcance da estratégia de ação do ICMBio, além de realizar inventários periódicos de competências já disponíveis na organização. Com base nos resultados desse mapeamento, é possível apontar quais são as principais lacunas de competências existentes na instituição.

A partir da identificação das competências e das lacunas de competência sistematizadas pela COCAGE, são gerenciadas as ações de recrutamento e remoções internas, bem como o planejamento de estratégias de capacitação para o desenvolvimento e aprimoramento de competências daqueles que já estão na organização. O Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) é o principal instrumento que ordena a implementação da política de desenvolvimento de pessoal e assegura a implementação de um programa de educação sistemático na instituição. Sua construção é coordenada pela ACADEBio e se baseia numa abordagem sistêmica de planejamento, que inclui definição de prioridades de ações com base em critérios estratégicos, debatidos de forma colegiada no Comitê Gestor de Capacitação (CGCAP), com a representação dos diferentes macroprocessos do ICMBIO, incluindo as coordenações das áreas técnicas e uma rede de instrutores(as) atuantes nas ações de desenvolvimento .

No PDP, publicado anualmente por meio de portaria institucional, estão previstas as metas estratégicas e recursos financeiros disponíveis para a execução de ações de desenvolvimento do ICMBio naquele ano. São contemplados no PDP tanto cursos livres quanto outros eventos (oficinas, simpósios, treinamento em serviço, etc.), que se encaixam no que chamamos de educação não-formal.

O PDP publicado é a principal referência para a organização anual do trabalho daqueles envolvidos na organização e execução dos eventos educativos. Na perspectiva dos servidores e servidoras do ICMBIO, o PDP pode ser encarado como um grande cardápio de aprendizagem que oferece diferentes opções de ações de desenvolvimento previstas para ocorrer durante o ano, com o intuito de impulsionar seu desenvolvimento e sanar lacunas de competência.

A ACADEBio apoia a realização de eventos do PDP que ocorrerão tanto nas suas instalações como fora dela (em outras unidades do ICMBio, por exemplo), dando todo o suporte logístico na fase de execução do evento. Há uma ação conjunta realizada pela equipe da ACADEBio com as áreas técnicas finalísticas e rede de instrutores que, por meio do diálogo e da cooperação, implementam de fato as capacitações.

A realização dos cursos do PDP é geralmente precedida por oficinas pedagógicas organizadas pela coordenação do curso que contam com a participação do conjunto de instrutores/tutores/conteudistas envolvidos, com o objetivo de atualizar ou construir o planejamento pedagógico.

Para a operacionalização das ações de desenvolvimento, a ACADEBio atua dando suporte às fases de planejamento didático, desenvolvimento de materiais pedagógicos, seleção de participantes, apoio logístico e operacional e avaliação do evento, tanto em formatos presenciais, como híbridos e a distância. A escola oferece, ainda, suporte de gestão documental [7] para a implementação das ações educativas.

A gestão do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é também responsabilidade da ACADEBio, que disponibiliza os materiais na plataforma e atua no suporte técnico durante a execução dos cursos EAD. Utiliza-se como referência o modelo ADDIE de desenho instrucional, que organiza o desenvolvimento as etapas de desenvolvimento das capacitações.

O monitoramento da eficiência, eficácia e efetividade das ações de desenvolvimento é realizado pela ACADEBio por meio de um conjunto de avaliações que possibilitam a coleta de informações relevantes que servem às equipes pedagógicas envolvidas, como também às coordenações técnicas e à equipe da ACADEBio. São realizadas quatro avaliações, em diferentes níveis, baseados no modelo desenvolvido por Kirkpatrick (2011). Cada nível possui uma finalidade particular e desencadeará escolhas metodológicas, procedimentos e instrumentos distintos para sua aferição:

- A **avaliação de aprendizagem** é aquela que está diretamente sob a responsabilidade da equipe pedagógica dos cursos, da qual participam os instrutores e instrutoras. É aplicada aos educandos ainda durante a capacitação e permite aferir se a competência definida no planejamento está sendo alcançada. Destaca-se aqui uma prática comum na instrutoria do ICMBio que é a realização de reuniões de acompanhamento, ao longo da formação, com a finalidade de avaliação reguladora e melhoria dos planos de aula/tutoria ao longo do curso.

- A **avaliação de reação** é feita por meio de um questionário padronizado no AVA, com perguntas objetivas e dissertativas sobre vários aspectos do evento, tanto logísticos como pedagógicos. Ela reflete as impressões imediatas e o nível de satisfação com relação à capacitação. É aplicada para todos os participantes, incluindo instrutores. O AVA sistematiza automaticamente os resultados das avaliações de reação em forma de gráficos e textos. Com esses dados, as equipes pedagógicas aprofundam as análises, contextualizando as informações e relacionando com outros dados, ao realizarem a avaliação geral da capacitação. A ACADEBio utiliza essas informações para monitoramento do PDP e seus relatórios de gestão.

- A **avaliação geral da capacitação** é realizada em forma de relatório pela coordenação do evento e busca responder sobre os resultados do processo educativo e necessidades de melhoria do Desenho Instrucional da capacitação. Consiste em uma análise global e deve trazer apontamentos e sugestões de adequação para a melhoria do evento.

- A **avaliação de impacto** é realizada pelas áreas técnicas junto com a ACADEBio, com o objetivo de aferir a efetividade da formação. Busca verificar se os participantes estão aplicando no trabalho as competências desenvolvidas na capacitação e se isso gerou melhoria nos resultados da organização. Esta avaliação contribui para a consolidação de objetivos e metas institucionais, além de orientar o replanejamento dos cursos. Ainda não há um modelo e sistemática padronizados para a avaliação de impactos, mas a consolidação e implementação estão em curso na ACADEBio.

O conjunto de avaliações oferece resultados plurissignificativos, ou seja, que permitem a análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento de competências nos níveis individual, coletivo e organizacional.

A ACADEBio atua, ainda, na proposição de Instruções Normativas para detalhar alguns procedimentos estabelecidos nas Portarias que regulamentam a operacionalização do PNDP no ICMBio, além de participar da construção e atualização de guias orientativos para seus funcionários e público usuário dos serviços da escola. A ACADEBio também é responsável pela gestão de outras atividades de desenvolvimento, como os processos de participação dos servidores em eventos de capacitação de curta, média e longa duração (seminários, congressos, estágios, especializações, mestrados e doutorados), como detalhado no organograma (Item 2.1.2).

2.3. Caracterização das ações de desenvolvimento realizadas pela ACADEBio

As capacitações são, em sua maioria, destinadas ao corpo funcional do ICMBio, por meio da execução de recursos específicos destinados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para esse fim. Contudo, é possível que nesse tipo de evento ocorram turmas mistas, com a participação de atores externos estratégicos, a exemplo de: agentes públicos do SISNAMA, servidores(as) de órgãos parceiros, pesquisadores(as), conselheiros(as) de Unidades de Conservação, agentes comunitários(as), parceiros(as) da gestão das UCs, voluntários(as), entre outros. Isso é possível graças ao financiamento integral ou parcial de outras fontes.

As capacitações no PDP podem ser elaboradas e estruturadas pelo ICMBio ou por outras instituições parceiras e podem contar com a participação de instrutores internos, externos ou escolas de governo e outras instituições contratadas para esse fim.

A depender das competências a serem trabalhadas, as capacitações podem ser classificadas de acordo com o tipo de competência a ser desenvolvida:

Há diversos tipos de ações de desenvolvimento que podem ser realizadas, como cursos, oficinas, encontros, seminários, treinamentos em serviço, entre outras ações que compõem a educação profissional, voltada a estratégias de educação continuada no ambiente de trabalho. (Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Art. 40). Os cursos são os eventos mais realizados, possuindo planejamento institucional e pedagógico estruturado.

Sobre sua caracterização, eles podem ser cursos regulares ou cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (LDB, Art. 42), contemplando o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício do trabalho, tendo em vista as especificidades da atuação do ICMBio em seus diversos biomas. No anexo 1 há uma lista de cursos realizados pela política de desenvolvimento do Instituto.

Estes cursos podem acontecer de forma pontual ou vinculados a uma trilha de aprendizagem. As trilhas de aprendizagem são uma importante estratégia de desenvolvimento que tem começado a ser desenhada no ICMBIO para algumas temáticas, como fiscalização, formação de lideranças, interpretação ambiental, entre outras. Podem ser consideradas um tipo de organização de caminhos flexíveis, formados por vários objetos de aprendizagem disponíveis, dentro de uma determinada temática. O servidor que inicia uma trilha não tem a obrigatoriedade de realizar todas as etapas ou explorar todos os objetos de aprendizagem disponíveis, tendo maior autonomia para definir o caminho que melhor se adequa ao seu estilo, tempo de dedicação, necessidades e interesses. Há uma flexibilidade para que ele possa escolher entre várias possibilidades de aprendizagem apresentadas (filmes, vídeos, documentos, procedimentos, treinamentos, educação à distância, livros digitais, artigos, entre outras).

Em alguns casos há, ainda, os ciclos de aprendizagem, que são programas continuados, realizados em etapas.

A oferta de cursos de pós-graduação também poderá ser relevante ação de desenvolvimento ofertada pela ACADEBio, promovendo a disseminação das tecnologias desenvolvidas, produzindo conhecimento e práticas para a continuidade dos resultados positivos alcançados pelo ICMBio, em articulação com demais entes federativos, de forma a implementar o SISNAMA e promover melhorias para a sociedade brasileira. A estratégia para essa ação de desenvolvimento será abordada de modo mais detalhado no item Marco Operacional.

As capacitações podem ocorrer nas modalidades presencial, inteiramente à distância e híbridas. Esses formatos serão abordados com mais detalhes a seguir.

2.3.1. Educação presencial

Muitas atividades dos servidores nos territórios dependem do domínio de habilidades e conteúdos e também de atitudes que requerem a realização de processos de ensino e aprendizagem presenciais, nos quais possam ocorrer trocas, reflexões, instruções detalhadas e acompanhamento em tempo real do manejo de equipamentos, trabalho em equipe e simulação de situações que serão vivenciadas nos diferentes territórios de atuação.

As formações presenciais podem ocorrer:

1- Na ACADEBio: espaço onde as pessoas se capacitam, praticam, trocam experiências, constroem cumplicidades e desenvolvem soluções para questões comuns relacionadas à realidade da gestão de áreas protegidas e para a conservação socioambiental (SILVA et. al 2015).

Por estar no interior de uma Unidade de Conservação, a ACADEBio se destaca por possibilitar a utilização de espaços e ambientes diversos para as atividades de ensino-aprendizagem, tanto no interior dos prédios como nas áreas da UC. Alguns espaços são comumente utilizados para a realização de atividades práticas de campo: sítio histórico, trilhas sinalizadas, remanescentes florestais, áreas em processo de recuperação ambiental, além de outras áreas apropriadas para capacitação em manejo de áreas protegidas. O conjunto formado por sua infraestrutura e seu entorno imediato faz da ACADEBio um espaço diferenciado e de grande valor para realizar educação focada em conservação ambiental.

Figura 2 - Bloco Administrativo/Pedagógico

Fonte: ICMBio, 2023.

Figura 3 - Bloco de alojamentos

Fonte: ICMBio, 2023.

Figura 4 - Espaços de trabalho, convívio e educação da ACADEBio.

Fonte: ICMBio, 2023.

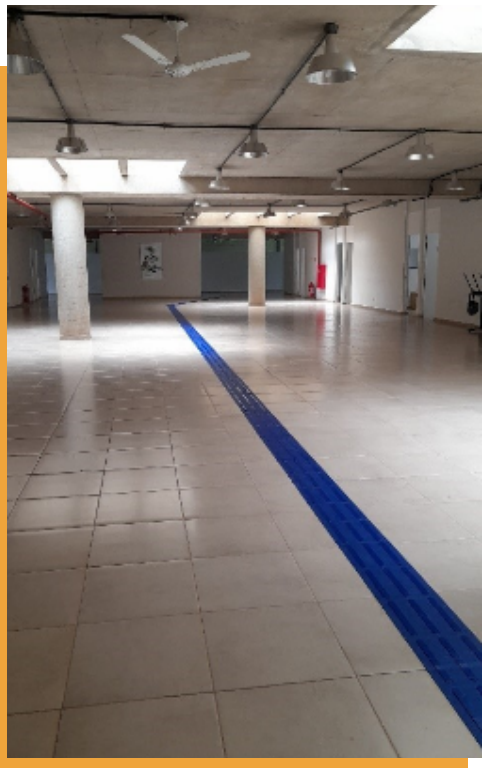
Figura 5 - Espaços e salas de aula.

Fonte: ICMBio, 2023.

Figura 6 - Capacitação na ACADEBio, com destaque para atividades práticas de campo realizadas na Floresta Nacional de Ipanema.

Fonte: ICMBio, 2023.

Figuras 7 e 8: Piso tátil e rampa de acesso ao prédio do alojamento, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência (PCD).



2- Nos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, que integram, em sua concepção e atuação, diversos processos educativos que contribuem para a construção e disseminação de conhecimento relacionado às suas especificidades, podendo realizar cursos próprios ou em parceria com universidades e instituições de ensino.

Figuras 9 e 10: Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – CEPENE (Tamandaré - PE)

Fonte: ICMBio, 2023.

3- Nas Unidades de Conservação(UC), espaços propícios para o desenvolvimento de processos educativos, atividades de educação e de pesquisa científica, podendo para isso estabelecer parcerias com outras instituições públicas ou privadas e setores da sociedade civil.

Figuras 11 e 12: Parque Nacional do Cabo Orange (Vila Cunani - AP)

Fonte: ICMBio, 2023.

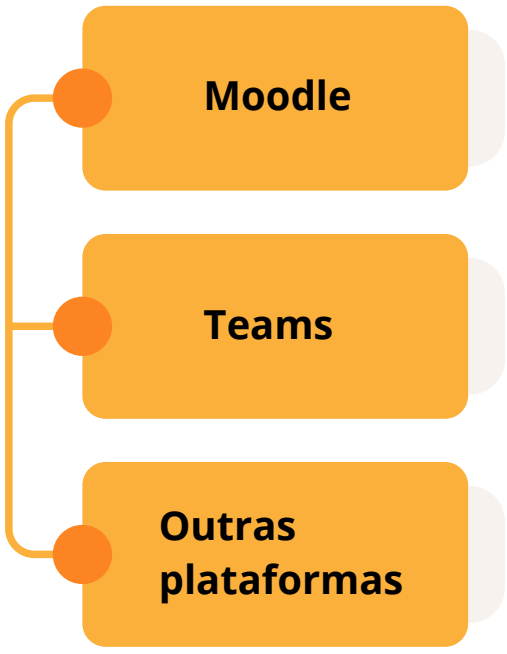
2.3.2. Educação a distância

Entendendo a necessidade de potencializar os processos educativos institucionais e dar maior capilaridade às ações, o ICMBio tem investido em estratégias de Educação a Distância (EAD).

A primeira iniciativa do ICMBio no campo da EAD aconteceu em 2008 com a oferta dos cursos de formação de Agentes de Fiscalização Ambiental e de formação para novos analistas e tutores, os quais tiveram a parte inicial realizada na modalidade a distância. Neste período foi desenvolvido o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/ICMBio (ava.icmbio.gov.br), baseado na plataforma Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning). Mas foi em 2020 e 2021, em decorrência da pandemia do COVID-19, que houve um incremento considerável na oferta de ações de capacitação no ambiente virtual e a estruturação da equipe ACADEBio, que passou a trabalhar em rede com servidores da CGGP e outros setores do ICMBio, para apoiar as áreas técnicas do Instituto na elaboração de cursos internos na plataforma AVA/ICMBio.

Como fruto dessa expansão, foi criado na ACADEBio, em 2022, o Setor de Educação a Distância (SEAD), formado por uma equipe multidisciplinar (pedagogos, desenhistas instrucionais e gráficos) que atua em rede para apoiar o desenvolvimento e execução de ações realizadas na modalidade EAD.

Atualmente as ações a distância se desenvolvem nas seguintes plataformas:



Moodle: É o Sistema para Educação à Distância utilizado no AVA/ICMBio e que também auxilia na gestão acadêmica e gestão de conteúdo das capacitações. Lá, as equipes pedagógicas podem disponibilizar material didático e propor tarefas interativas, ao passo que os educandos e educandas podem trocar conhecimento e materiais multimídia, de maneira assíncrona (em tempos distintos); também mantém um registro da ocorrência de todos os cursos do ICMBio, para possibilitar um melhor controle das informações, emissão de certificados e geração de relatórios gerenciais. Os cursos ofertados nesta plataforma têm como público prioritário os servidores do ICMBio, mas podem ser abertos a outros públicos caso a capacitação contemple participantes de fora da organização.

Teams: É um software da Microsoft desenvolvido para a colaboração de equipes que funciona como uma plataforma unificada de comunicação e colaboração, combinando bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos no local de trabalho. Faz parte da assinatura do pacote Office 365 do ICMBIO e viabiliza as aulas e atividades síncronas (online e ao vivo).

Outras plataformas: Através de contrato específico, há cursos desenvolvidos pelo ICMBio que são administrados e ofertados na **EV.G - Escola Virtual.Gov da ENAP** (atualmente são 9 cursos). Estes se caracterizam por trabalhar competências e temas mais transversais que também podem servir a outros públicos, como a sociedade em geral ou servidores(as) de outros órgãos.

O AVA/ICMBio é gerido pela ACADEBio e tem requerido constantes investimentos em aprimoramento e consolidação institucional. Para tanto, a ACADEBio, juntamente com a CGGP, tem feito parcerias para contração de consultorias com o intuito de atualizar e implementar melhorias no ambiente e realizar treinamentos de servidores, como acontece nos cursos de formação de instrutores, de conteudistas e de tutores do ICMBio.

2.3.3. Educação Híbrida

Com a consolidação da EAD e diante da necessária dialogia e interação que caracterizam o público do ICMBio, hibridizar o espaço de aprendizagem se tornou uma prática hoje muito utilizada no Instituto. A adoção de práticas pedagógicas híbridas, com composições que podem contemplar estratégias síncronas e/ou assíncronas, a distância e/ou presenciais, possibilitam amplitude às ações de ensino e aprendizagem.
Tais modalidades são definidas a partir das características do curso a ser desenvolvido, público, necessidade de aprendizagem, contexto, dentre outras informações relevantes. Todo esse processo é amplamente discutido, mas também subsidiado por uma estrutura normativa e operacional, como veremos a seguir.

2.4. Formação de Instrutores

A estratégia de criação da ACADEBio, em 2009, está atrelada à constituição de um quadro de instrutores(as) do ICMBIO formado para atuar em colaboração estreita com a escola, mas em caráter eventual, nos processos de construção, execução e avaliação das ações de desenvolvimento do PDP. Esta rede é formada por um time de servidores(as) que possuem conhecimento e experiência nos temas abordados e no contexto da instituição e que, na prática, funciona como uma equipe ampliada da ACADEBio.

A existência da ACADEBio e da atuação pedagógica de servidores na instrutoria possibilitam que as ofertas de ações de desenvolvimento da Educação Corporativa sejam mais contextualizadas às realidades vivenciadas nos diferentes contextos do ICMBio e customizadas para as reais necessidades de desenvolvimento do quadro funcional.

Os servidores que se prontificam a atuar na docência em eventos internos e externos de capacitação estão em constante processo de aprendizagem.

Com a intenção de qualificar a atuação pedagógica e trazer algumas padronizações em procedimentos foi criado o Curso de Formação de Instrutores (CFI), com foco na aplicação de métodos e técnicas para o planejamento, elaboração, execução, monitoramento e avaliação de processos educativos e também na realização de procedimentos administrativos relativos à Educação Corporativa. Aqueles aprovados no curso passaram a ser formalmente certificados por meio de portaria institucional e a pertencer ao quadro de instrutores portariados do ICMBio.

Com o tempo, e principalmente devido ao desenvolvimento da EAD, foram criados no ICMBio outros cursos para instrutores: Curso de Conteudista para EAD; Curso de Tutoria; Curso de Fundamentos para a Educação; Curso de Formação de Instrutores EAD; e Curso de Atualização de Instrutores. Atualmente existe o projeto de realização do Curso para Coordenadores de Ações de Desenvolvimento.

De acordo com o Painel de Informações - BI dos Instrutores, o ICMBio possui 425 instrutores, sendo 319 incluídos em portaria de nomeação por concluírem o Curso de Formação de Instrutores e 93 não incluídos. Quanto à qualificação, os instrutores do ICMBio possuem os seguintes títulos: 163 especializações, 233 mestrados, 44 doutorados e 4 pós-doutorados.

Em relação às áreas de atuação dos instrutores nas ações de desenvolvimento institucionais, segue o descrito na tabela a seguir:

Tabela 1 - Relação de instrutores(as) do ICMBio, por área de atuação (2024)

Área de atuação	Número de instrutores (as)
Proteção e combate a incêndios	68
Fiscalização ambiental	50
Educação ambiental e gestão socioambiental	43
Monitoramento da biodiversidade	41
Concessões e negócios; planejamento e estruturação da visitação	35
Geoprocessamento	23
Educação corporativa	22
Gestão para resultados	13
Qualidade de vida e mediação de conflitos	11
Produção, uso sustentável e articulação de políticas públicas	10
Capacitação e planejamento de ações para a coordenação	9
Avaliação de impactos e licenciamento ambiental	8
Identificação e planejamento de ações para a capacitação	8
Infraestrutura e logística	8
Monitoramento e avaliação de UCs	6
Voluntariado	5
Ações integradas para a conservação de espécies	4
Compensação ambiental	3
Regularização fundiária e compensação de reserva legal	3

Dados acessados em 26/04/2023 por meio do link:

https://app.powerbi.com/viewr=eyJrIjoiZThmYjZkNWEtOWM4Yy00YTQ1LTlhOTktMjZmMzk5YjRmM2RkIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDljLTQwOGNmNmNjMz2MCJ9

Notas de Rodapé

[2] A GAP é a atividade de gestão ambiental realizada pelo Estado, em todas as esferas de poder, que tem a responsabilidade de mediar interesses de diferentes atores sociais ao acesso e uso de recursos naturais, sem pôr em risco a qualidade ambiental e de vida das populações envolvidas e afetadas por esses recursos. É diferente da gestão ambiental praticada pelo setor privado ou empresarial que, em geral, tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente mais sustentáveis para seus meios de produção.

[3] Acessar o planejamento estratégico em https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/38032/mod_page/content/141/Planejamento%20Estratégico%20ACADEBio%202021.pdf

[4] Regulamentada pela Portaria nº 71, de 28 de janeiro de 2020 e Portaria nº 59/2020 que instituí a Política de Gestão por Competências e do Dicionário de Competências do ICMBio, 2ª edição, Brasília, ICMBio, 2021 (https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/governanca-e-gestao-de-pessoas/plan-da-forca-de trabalho/arquivos/DicionariodeCompetncias.pdf.)

[5] O Comitê Gestor de Capacitação (CGCAP) é um órgão colegiado, composto por representantes de todos os macroprocessos de gestão do ICMBio (coordenações gerais), e representantes da DIPLAN, da Coordenação de Comunicação Social (CCOM) e Coordenação de Governança e Gestão Estratégica (CGOV), ambas as coordenações vinculadas ao Gabinete da Presidência do ICMBio. A ACADEBio também participa e tem o papel de secretaria executiva do comitê. Dentre suas atribuições, destacam-se a análise, deliberação e acompanhamento da execução dos Planos Anuais de Desenvolvimento de Pessoas, o estabelecimento de normas e critérios para a capacitação dos servidores e a celebração de convênios e parcerias com instituições educacionais.

[6] Servidores que atuam nas ações de desenvolvimento do ICMBio, desempenhando papeis de coordenadores de curso, docentes, conteudistas, tutores e monitores, sendo priorizados os profissionais pertencentes ao quadro de instrutores do ICMBIO, com qualificação técnica e pedagógica para a atividade a ser realizada.

[7] ADDIE é um modelo de desenho instrucional de cursos que orienta a organização em etapas: Analysis (Análise contextual), Design (Desenho do Projeto), Development (Desenvolvimento), Implementation (Implementação) e Evaluation (Avaliação).

3. MARCO REFERENCIAL

Neste marco, busca-se explicitar a visão de educação, de ser humano e das relações sociais que orientam o fazer pedagógico da ACADEBio junto às áreas técnicas do ICMBio. Também será abordado o arcabouço legal e documentos orientadores que sustentam as escolhas pedagógicas adotadas.

3.1.Intencionalidade na Educação

Ao promover ações educativas, é necessário o reconhecimento de alguns aspectos fundamentais que envolvem o fenômeno que se conhece como educação, principalmente que ele é:

Social: É essencialmente coletivo, pressupõe interação entre pessoas e desempenha uma função central na organização e manutenção da vida em sociedade.

Histórico: Se encontra situado no tempo e no espaço, variando quanto a sua forma e interesses, de acordo com períodos, sociedades e culturas.

Político: Implica em uma tomada de decisão sobre para quem, o que, como e com quem ensinar, visando a um certo objetivo, sonho ou utopia coletiva.

Ao compreender a educação como um fenômeno social, histórico e político, conclui-se que educar pressupõe escolhas sobre uma maneira que se quer viver em sociedade, entre infinitas outras possíveis. Isso quer dizer que a educação não é neutra: quando se educa há sempre uma intencionalidade envolvida a serviço de reproduzir ou transformar aspectos da realidade atual, havendo uma priorização de valores, princípios, ideias, práticas e condutas a fim de serem apropriados pelos grupos sociais envolvidos. Essas escolhas se relacionam com a visão de mundo e motivações trazidas pela instituição e educadores envolvidos.

Com base nas afirmações acima, pode-se pensar nas ações de desenvolvimento coordenadas pela ACADEBio e fazer os seguintes questionamentos: O que se pretende com elas? O que se quer conservar ou transformar por meio delas? Para quem devem ser direcionadas? Como e por quem devem ser realizadas? Quais ideias, valores e princípios devem orientá-las?

Um processo de construção ou revisão do PPP é um momento oportuno para que a instituição e seus educadores e educadoras reflitam sobre essas questões, debatam, criem consensos e alinhem entendimentos comuns sobre qual educação querem (VEIGA 1995; VEIGA; FONSECA 2001), processo que está sendo feito agora pela ACADEBio.

O Marco Referencial é o capítulo onde são explicitados os referenciais filosóficos, políticos, ambientais e pedagógicos adotados e que devem sustentar o modelo de educação almejado. É onde se assume uma intencionalidade clara diante dos desafios postos pela realidade, convergindo instituição e educadores para um foco comum.

3.2. O ser humano adulto e a andragogia

Sendo a educação um processo humano e social, é fundamental, logo de início, explicitar a visão ontológica de Ser Humano que servirá de alicerce para as concepções educativas e modelos de ensino-aprendizagem que serão priorizados neste **PPP**. Também é relevante falar sobre as especificidades da pessoa adulta, uma vez que os processos educativos do ICMBio, apesar de abrangerem um público heterogêneo em muitos aspectos (sociais, culturais, econômicos, formas de conhecer o mundo, etc.), têm em comum o fato de serem direcionados, em sua grande maioria, para pessoas adultas.

Na concepção deste documento, compreende-se os seres humanos como entes inacabados e em constante processo de aprendizagem, por toda a vida. São sujeitos culturais, históricos, sociais e políticos com a necessidade de construir sentido para suas ações, vivências e para o tempo e o espaço vivido. São autores e produtores de história e cultura, por meio de uma postura reflexiva e criativa diante do mundo.

A capacidade de aprendizagem e de intervenção no mundo é uma das principais características do ser humano. Ao mesmo tempo em que age produzindo mudança no mundo, passa por diversos processos de lapidação de si. Fazendo-se na história, está em permanente condição de desenvolvimento. Traz como essência uma vocação para humanizar-se – como sugeria Paulo Freire (1983) – na direção do "Ser Mais", por meio de uma busca curiosa do conhecimento, de si mesmo e do mundo, em prol de sua emancipação como ser livre e autônomo.

O ser humano adulto é um ser em mudança e se diferencia pelo tamanho de bagagem construída ao longo de muitos anos e que carrega consigo memórias, afetos, conceitos, sentidos, valores, princípios, preferências e sonhos. No processo de amadurecimento, ao mesmo tempo em que ocorrem transformações físicas, com ritmos diferentes e em múltiplos aspectos, o ser humano vai vivenciando novas composições nos processos de subjetivação. Por isso é fundamental que se leve em conta o processo de transformação pelo qual está passando, o conceito que tem de si mesmo e as motivações para aprender algo novo.

Existem especificidades nos processos educativos voltados para essa faixa etária pois é preciso considerar que o adulto se envolve mais intensamente no percurso formativo quando percebe que determinada aprendizagem pode ajudá-lo a compreender e resolver problemas pessoais, sociais ou profissionais concretos. Por esse motivo, as ações de desenvolvimento devem ser pensadas considerando a perspectiva da andragogia – definida, segundo Pierre Furter (1974), como filosofia, ciência e técnica da educação de adultos, que abrange o autodidatismo e a necessidade do estudo coletivo.

Entende-se que o planejamento de um curso para esse segmento etário deve considerar o significado imediato que a proposta tem para o educando e, ao mesmo tempo, potencializar sua capacidade inventiva, de busca, investigação e reinvenção de si e de sua relação com os outros e com o mundo.

A cada nova função exercida socialmente, novos desafios se apresentam e podem gerar situações de pressão e a necessidade de aprendizado. Essa relação dinâmica com o novo, o mundo e o outro mobiliza novos estados cognitivos que produzem transformações no seu modo de existir. Esse modo de olhar para o adulto dialoga com a concepção da Educação Popular, que vê o educando adulto como:

“Um portador de ideias, dotado frequentemente de alta capacidade intelectual, que se revela espontaneamente em sua conversação, em sua crítica aos fatos, em sua literatura oral. [...] revela uma capacidade de apreensão e uma agudeza de vistas” (PINTO, 2007, p. 83).

O processo formativo pensado na perspectiva da andragogia possibilita a composição da confiança entre os envolvidos, a inclusão, o acolhimento e o diálogo com os saberes já existentes.

Knowles et al. (2009) sintetizaram um modelo andragógico com seis princípios orientadores a serem aplicados na educação de adultos:

Necessidade de conhecer: Pessoas adultas precisam saber o que, por que e como irão aprender. Os adultos sabem, mais do que ninguém, da sua necessidade de conhecimento e, para eles, ter clareza de como colocar em prática tal conhecimento no seu dia a dia é fator determinante para o seu comprometimento com os eventos educacionais.

Autoconceito de aprendiz: Os adultos possuem um autoconceito de ser responsáveis pelas próprias decisões. Há uma necessidade psicológica de serem vistos e tratados pelos outros como capazes de se autodirigir. Daí a importância do estímulo à autonomia, ou seja, do incentivo por parte dos facilitadores para a busca independente do conhecimento e o desenvolvimento permanente, além do espírito crítico frente ao conhecimento.

O papel da experiência: O processo de ensino e aprendizagem precisa ser construído considerando não só a teoria, mas também valorizando as experiências anteriores dos participantes. Essas experiências prévias têm central importância como base de aprendizagem, pois é a partir delas que o sujeito relaciona novos conhecimentos e se dispõe ou não a situações de ensino e aprendizagem.

Prontidão para aprender: A pessoa adulta está pronta para aprender o que decide aprender. Sua seleção de aprendizagem é natural e realista, ou seja, estimulada pela vontade de se adaptar ao mundo e de se cumprir tarefas relacionadas ao seu desenvolvimento. Em contrapartida, pode resistir a aprender o que outros lhe impõem como sua necessidade de aprendizagem.

Orientação para aprendizagem: O processo de ensino e aprendizagem precisa estar vinculado a uma situação da vida real e deve resolver problemas reais do cotidiano.

Motivação: É muito importante que a pessoa adulta tenha uma motivação intrínseca para estudar (por exemplo o autoaperfeiçoamento). A motivação intrínseca tende a ser mais relevante do que a motivação que vem de estímulos externos.

Cabe ao educador respeitar e valorizar esses educandos, suas experiências, motivações, seus saberes e a autonomia de cada um deles e em seu conjunto. Além de realizar um trabalho que ultrapasse o conhecimento fragmentado, rígido e fundamentado em certezas absolutas, é necessário que ele/ela saiba apreciar, com capacidade crítica e compreensiva, as contribuições advindas dos diversos pontos de vista e das muitas e diferentes experiências. A escuta empática é também um princípio importante nas formações no ICMBio, pois contribui para o sentimento de inclusão, fundamental para o engajamento no processo educativo. Atuando dessa forma, poderá contribuir para a gestação de novos modos de viver a partir de um trabalho interdisciplinar.

3.3 Arcabouço legal e documentos orientadores

Há um conjunto normativo e de documentos orientadores que estabelecem diretrizes e são a base para a atuação da ACADEBio e para os processos educativos organizados no ICMBio.

De maneira abrangente, toma-se como ponto de partida o Art. 225 da constituição brasileira que trata do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, e da obrigação do Poder Público e da coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. É de grande importância trazê-lo como diretriz primeira, pois trata-se de um direito fundamental, inalienável, irrenunciável da pessoa humana e, sendo a ACADEBio uma instituição pública ambiental, tem o dever de trabalhar para a garantia deste direito.

Outros documentos de destaque são o regimento interno do ICMBio, que define as atribuições da ACADEBio dentro da estrutura do Instituto[8] , a Política Nacional para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional – PNDP[9] e a Política de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio – PDP[10], que estabelecem estratégias para a implementação do modelo de Gestão por Competências e estão relacionadas às ações de desenvolvimento da Educação Corporativa.

Todas as normativas acima já foram explicadas em maiores detalhes no Marco Situacional. Complementa-se aqui com outra normativa, a Portaria ICMBio n°1.095/2022, que dispõe sobre os procedimentos práticos e normas relativas à atuação em processos de capacitação, incluindo o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso e Concurso (GECC)[11] para servidores e servidoras que atuam na instrutoria das ações de desenvolvimento do PDP.

Outras duas diretrizes são relevantes para as ações educativas no ICMBio: a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA), que são orientações de caráter transversal para as ações educativas do ICMBio.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)[12], define Educação Ambiental como o conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Aponta que todos têm direito à Educação Ambiental, um componente essencial e permanente da educação nacional que deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

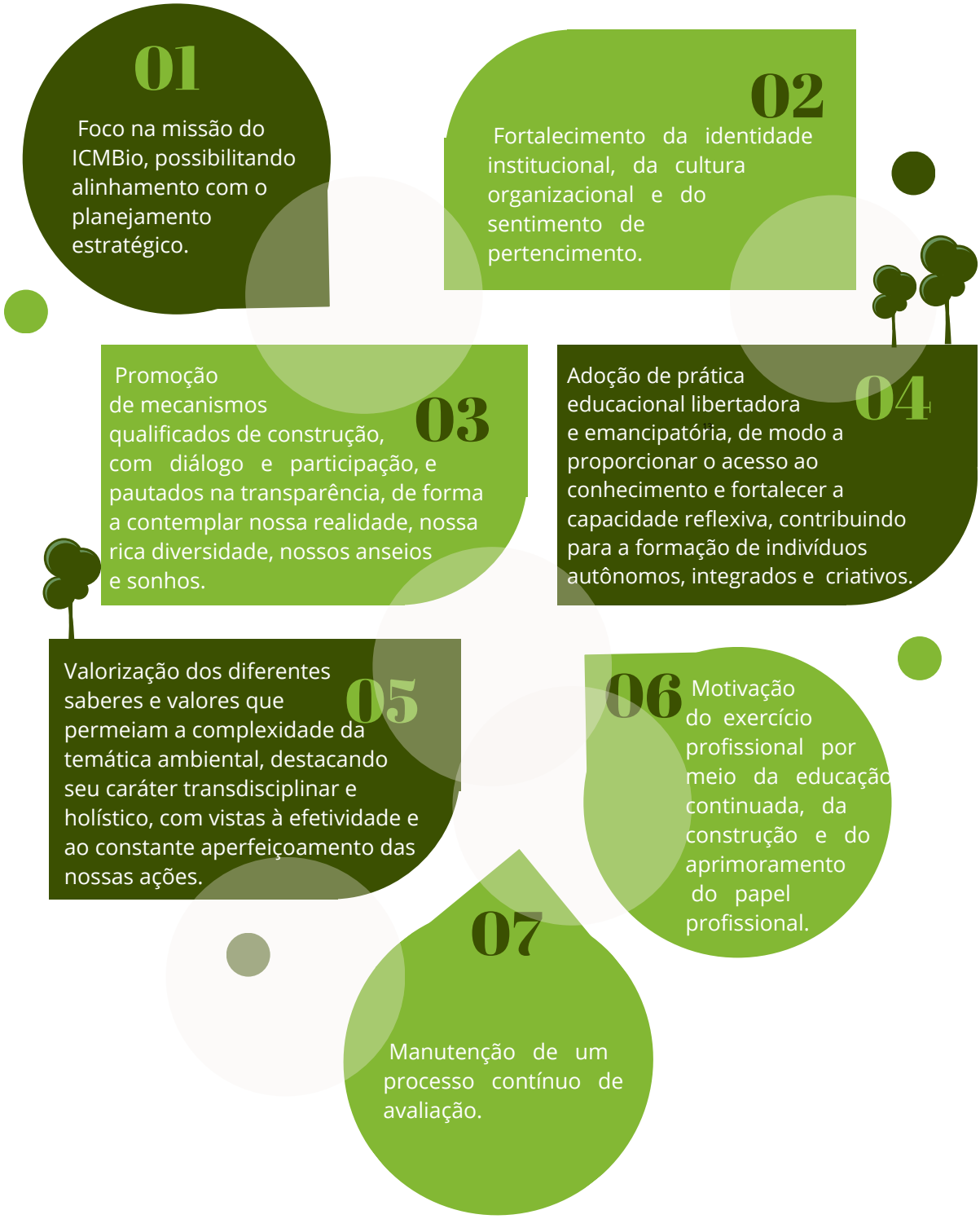
A Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental (ENCEA) traz os princípios, as diretrizes e as orientações metodológicas para estratégias de comunicação, disseminação de informações e ações de sensibilização para os programas de Educação Ambiental. Tem como objetivo proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdo e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade (MMA, 2008).

Para o ICMBio, o cerne da ENCEA está nos processos inclusivos de participação social na gestão ambiental e no fortalecimento da cidadania, oportunizados pelos espaços participativos e pelos meios de comunicação que proporcionam criticidade e tomada de decisão consciente, pelas comunidades, sobre as Unidades de Conservação (UCs). A proposta é que tais meios e espaços sejam criados e/ou fortalecidos em todas as etapas pertinentes à existência de uma UC: sua criação, sua implementação e sua gestão.

A atuação do ICMBio se ampara, também, em todo o arcabouço que compõe a legislação nacional relacionada aos temas ambientais e afins, procurando desenvolver ações que garantam a conservação da biodiversidade e promovam o desenvolvimento sustentável.

Além desses marcos legais, destacam-se os documentos do Projeto Político Pedagógico do ICMBio e do MMA, que trazem princípios e referenciais que são adotados neste PPP da ACADEBio.

São sete os princípios orientadores apresentados no PPP do ICMBio e que também devem orientar a atuação da ACADEBio:



Também são assumidas como referência as sete dimensões anunciadas no PPP do Ministério do Meio Ambiente, que reúnem algumas características básicas e necessárias para compor uma política pública e/ou os processos educativos no campo das políticas ambientais (RAYMUNDO et al., 2015). São elas:

Diagnóstico: Contextualização histórica da territorialidade com suas relações sociais, econômicas, ecológicas e culturais expressas.

Participação e construção coletiva: Mobilização e fortalecimento dos espaços democráticos permanentes de participação e controle social.

Formação dialógica: Visão integral e valorização da diversidade dos saberes acumulados dos públicos a serem envolvidos, como oportunidade de reflexão e debate.

Intervenção socioambiental: Internalização da Educação Ambiental como transversal em todos os processos educativos, considerando propostas que busquem ação na realidade, de forma contextualizada e com compromisso com a transformação.

Sociedades sustentáveis e sustentabilidade: Compromisso com a sustentabilidade, com a transformação das relações sociedade-natureza e com a justiça ambiental, de forma a considerar as assimetrias e os conflitos existentes.

Indivíduo/subjetividade: Reconhecimento e valorização do sujeito, do indivíduo dentro do processo coletivo e identificação das especificidades psíquicas humanas que possam propiciar, nos indivíduos, a potência de agir que leva ao movimento coletivo de transformação das realidades indesejadas.

Complexidade: Articulação e integração a outras políticas, conexão entre o local e global, entre teoria e prática, entre os inúmeros temas, públicos, instituições, territórios, demandas, problemas e expectativas.

Tendo como base essas normativas, princípios e referenciais, a seguir são detalhados e acrescentados outros aspectos relevantes que devem orientar a educação que se quer desenvolver na ACADEBio

3.4 Finalidades educativas da ACADEBio

No Marco Situacional foram abordados aspectos da crise ambiental contemporânea, com impactos nos ecossistemas, na vida das populações humanas e de outras espécies. Foram citados alguns desafios da agenda mundial em escalas global e nacional, apontando que os efeitos deletérios desta crise afetam a população de maneira desproporcional, sendo as mais prejudicadas as populações pobres das periferias, dos quilombos, dos territórios indígenas e de outros territórios com modos de vida tradicionais.

Tal cenário escancara os limites do modelo civilizatório atual, na racionalidade econômica, política, ambiental e de sociabilidade, impondo a necessidade de a humanidade debruçar-se sobre ele e de repensar e reinventar o modo como tem vivido. Ele convoca o poder público e a sociedade civil a pensar e agir em busca de novos modelos de racionalidades, capazes de redirecionar o processo civilizatório, incluindo a conservação socioambiental[14].

A superação do modelo atual de desenvolvimento remete à necessidade do reconhecimento de valores éticos, tais como o diálogo, a cooperação, o respeito e a responsabilidade para com a atual e as futuras gerações. Torna necessária uma "ética ambiental" (LEFF, 2006), capaz de romper com o modelo atual de racionalidade ocidental capitalista insustentável e que ameaça a sobrevivência do planeta.

Este PPP traz como premissa a ideia de que a educação, nos sistemas formais de ensino em todos os níveis e nos espaços comunitários e de trabalho, tem o potencial de desenvolver e transformar pessoas e, consequentemente, gerar impactos nas realidades em que elas vivem. Portanto, sendo a educação um fenômeno político, a escolha atual da ACADEBio é promover uma educação que contribua para a busca de novas racionalidades e práticas na sociedade.

É claro que cada ação educativa terá um objetivo de aprendizagem específico, assim como o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio estará voltado a contribuir com certos objetivos estratégicos institucionais, mas esses são objetivos num nível operacional e tático, ou seja, desdobramentos de uma visão maior em planos de ação menores. Como estratégia maior, as atividades educativas devem ter o intuito de consolidar a missão do ICMBIO e, consequentemente, os objetivos da Gestão Ambiental Pública (GAP).

Pensando de forma abrangente, avalia-se que a finalidade última dos processos educativos do ICMBio é contribuir para uma vida em sociedade em que todos os cidadãos brasileiros, incluindo aqueles que ainda estão por nascer, tenham o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo, com igualdade de acesso e uso dos recursos naturais, como condição para a manutenção de uma vida digna e saudável, assim como preconiza o artigo 225 da constituição brasileira.

3.4.1 Educação crítica e emancipatória

Na busca por novas racionalidades e práticas na sociedade, há vários desafios pela frente que exigem conhecimentos, habilidades e atitudes ainda a serem desenvolvidos. Inclui-se aqui o conjunto de servidores e servidoras do ICMBio (educadores e educandos), e também seus parceiros (comunitários, representantes de ONGs, de órgãos do SISNAMA, de entes do SNUC, etc.), pois é dever do poder público e da coletividade defender o direito de todos ao meio ambiente. Por isso, entende-se que a Gestão Ambiental Pública se faz "com" e não "para".

A temática da participação social tem sido relevante no âmbito das políticas públicas, porém, para que ela se efetive, é necessário o envolvimento da coletividade em todas as etapas do processo de formulação e gestão de políticas ambientais, assim como o acesso à informação.

A Educação Ambiental do ICMBio atua em consonância com o "marco de referência em Educação Popular para as políticas públicas" (BRASIL, 2014), que traz a concepção de que é possível aprender a participar e que a política de participação popular se constrói.

Ao se pensar em formas de educação que contemplem do conhecimento básico ao especializado (com oferta na pós-graduação), se fortalece todos os elos dessa produção, reflexão e ampliação de aportes teóricos e práticos necessários ao fortalecimento de políticas públicas e ações institucionais que promovam os espaços democráticos de participação, a capacidade de intervenção cidadã qualificada e a participação substantiva na gestão das UCs dos grupos sociais em situação de vulnerabilidade.

É preciso fortalecer na ACADEBio um modelo de educação que, além de desenvolver habilidades e conhecimentos técnicos voltados para temáticas específicas, promova as atitudes e as habilidades que fortaleçam os espaços democráticos na Gestão Ambiental Pública, potencializem a participação social e auxiliem na mediação de conflitos relacionados a questões territoriais e ao uso de recursos naturais. A partir dos temas específicos abordados, é preciso incorporar reflexões em grupo que possam contribuir com a construção de uma nova ética, repercutindo nas atividades produtivas, nos processos sociais e nas ações políticas.

É fundamental que as ações educativas da ACADEBio, como preconiza o PPP do ICMBio, sejam baseadas numa pedagogia que considere o processo de conscientização do ser humano para que este possa se emancipar e ter uma intervenção qualificada na realidade.

Para isso, é preciso adotar uma perspectiva educacional que vá além do que Brandão (1987) chamou de “visão estreita” de educação, que confunde educação com escolarização e “se encontra só no que é formal, oficial, programado, técnico, tecnocrático”. Para o autor, assim como para a ACADEBio, a educação não é apenas uma ferramenta para a transmissão de conteúdos, mas um processo que envolve diálogos, trocas de saberes, experimentação e produção de conhecimentos, práticas e novas tecnologias para resolver problemas concretos, levando em conta o contexto social vivido e os desafios da nossa época.

É fundamental que se pratique uma abordagem que esteja alicerçada na capacidade de apreciação crítica dos sujeitos em relação à sua condição e aos contextos nos quais estão inseridos, por meio da prática do questionamento e de análise racional da realidade. A abordagem das pedagogias críticas - por exemplo a pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1921-1997) e a pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani (nascido em 1944) - são referenciais coerentes com a visão adotada de ser humano, meio ambiente e educação.

As concepções críticas reconhecem a educação como um fenômeno social e histórico, dentro de uma sociedade marcada por desigualdades e interesses, e buscam desenvolver a consciência crítica nos educadores(as) e educandos(as) dentro do processo educativo, visando a autonomia das pessoas e uma atuação mais comprometida com as transformações na sociedade. É relevante conhecer autores e experiências práticas que tenham este tipo de abordagem, para que se possa fazer a transposição para a realidade da ACADEBio, assim como publicizar nossas práticas e tecnologias desenvolvidas para a conservação ambiental e sustentabilidade.

É necessário que, cada vez mais, os temas sejam trabalhados de forma contextualizada, relacionando-os às realidades históricas e sociais, reconhecendo as desigualdades e situações sociais a serem superadas, e assumindo a intencionalidade de promover transformações sociais profundas e estruturais. É importante que os conteúdos trabalhados sejam vivos, concretos e, portanto, indissociáveis das realidades sociais dos educandos e educandas.

As escolhas pedagógicas precisam favorecer que os educandos(as) participem ativamente do processo de ensino-aprendizagem, problematizem suas questões, dialoguem e ampliem seus conhecimentos e reflitam sobre o próprio processo educativo e sobre sua condição social. Pensar soluções generativas e construir novos modos desse fazer ecológico é fundamental para potencializar respostas mais adequadas às situações enfrentadas.

Mesmo no contexto da formação profissional de servidores e colaboradores, é importante ir além de uma “lógica fordista” de segmentar os conhecimentos e realizar um ensino restrito apenas à transferência de manuais de condutas e lições passo-a-passo; ou de realizar treinamentos de habilidades “encapsuladas” para servir a uma certa tarefa ou função. Tais abordagens colaboram para um tipo de trabalho mecânico, repetitivo e segmentado no qual o trabalhador tem consciência parcial e restrita do processo produtivo que envolve seu trabalho. Essa lógica é alienante para o trabalhador, pois fica alheio ao processo sistêmico e aos impactos sociais gerados pelas atividades que exerce, além de ser pouco eficaz nos resultados quando se trata de contextos de trabalho complexos, como o do ICMBio.

Segundo Araújo (2004, p 19)

"[na educação corporativa] torna-se necessária a utilização de métodos formativos que favoreçam a compreensão da dialética dos fenômenos, de sua interdependência e historicidade, implicando também o reconhecimento das conexões que os atos isolados estabelecem entre si, conferindo sentido às atividades, e das conexões estabelecidas entre o espaço interno da produção com o contexto social amplo"

A orientação é que, mesmo quando haja a necessidade do desenvolvimento de habilidades operativas, elas sejam acompanhadas por uma visão sistêmica e pelo desenvolvimento de diferentes outras capacidades (cognitivas e atitudinais), para que a atuação seja consciente, pertinente e efetiva.

3.4.2 Educação para o desenvolvimento de competências

Além da abordagem da pedagogia crítica, a proposta educativa da ACADEBio precisa integrar o modelo de Educação por Competências. Ele é adotado nos processos de Educação Corporativa, pois faz parte de um o sistema mais amplo de Gestão de Pessoas, articulado com outros processos relacionados à PNDP e ao PDP do ICMBio (seleção, recrutamento, remoção, avaliação, etc.).

Este modelo tem o objetivo de desenvolver competências voltadas à atuação prática, no caso da PNDP, com foco no espaço de trabalho. O conceito de competências adotado está atrelado à ideia da capacidade de um indivíduo de mobilizar recursos internos (saberes e capacidades diversos) para resolução de situações reais, geralmente complexas, imprevisíveis, mutáveis e singulares (PERRENOUD, 2001).

Esse conceito, quando usado na educação profissional, também está intimamente relacionado à noção de desempenho. Segundo Le Boterf (2000 apud FLEURY; FLEURY, 2019), uma pessoa saberá agir com competência profissional, quando for: “capaz de combinar e mobilizar um conjunto de recursos pertinentes (conhecimentos, saber-fazer, qualidades, rede de recursos) para realizar, em um contexto particular, atividades profissionais segundo certas exigências, para produzir resultados (serviços ou produtos) que satisfaçam critérios definidos de desempenho”. Um bom desempenho é aquele que se direciona a contribuir com resultados alinhados aos padrões e metas traçados pelas instituições.

A busca pela aproximação entre as concepções pedagógicas da Educação Crítica e da Educação por Competências, em alguns aspectos contraditórias, se traduz na tentativa de manter a perspectiva pragmática e, ao mesmo tempo, emancipatória nos processos educativos dentro de um contexto profissional de ampla complexidade, como é o trabalho desenvolvido no ICMBio.

Uma característica marcante do modelo de Educação por Competências é a noção de desenvolvimento integral dos indivíduos. Isto porque reconhece que, para agir de forma competente, num dado contexto complexo, é preciso que o sujeito desenvolva múltiplas capacidades (cognitiva, operacional, social, emocional, comunicativa, etc.) e saiba combiná-las em uma situação real e prática. Também entende que o desenvolvimento é um processo gradual e contínuo. Estas são inovações importantes, se comparamos com alguns modelos adotados na educação profissional com estratégias segmentadas e mecânicas de treinamento e desenvolvimento.

A PNDP considera diagnóstico de competências a identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função, assim a tríade “Conhecimentos, Habilidades e Atitudes - CHA” é utilizada como referencial para definição do que os educandos e educandas devem aprender em um processo de ensino-aprendizagem. O aprendizado da CHA irá culminar no desenvolvimento das competências, as quais se evidenciam na manifestação do desempenho, ou seja, em ações observáveis em contextos reais de trabalho.

Conhecimento (C)

Conjunto de informações que adquirem significado e relevância e dão racionalidade ao mundo que o cerca. Esta dimensão abrange saber o que e por que fazer. O conhecimento está para além dos conteúdos científicos e acadêmicos e abarca os saberes validados na vida, como os adquiridos pela experiência profissional, por exemplo.

Atitude (A)

Comportamentos sociais e afetivos que se relacionam com o julgamento da pertinência da ação, à ética do comportamento, aos valores, aos aspectos da iniciativa e criatividade. Refere-se à dimensão do saber agir ou querer fazer (DURAND, 2000 apud BRASIL 2012, p. 13).

Habilidade (H)

A capacidade do indivíduo de fazer uso produtivo do conhecimento, com base na aplicação e na apropriação dos conhecimentos para a consecução de uma ação, visando alcançar um propósito específico. Este componente refere-se ao saber como fazer. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades.

O uso da tríade CHA no planejamento pedagógico conduz a perspectiva do ensino do instrutor - que pode ainda estar focada na escolha de conteúdos cognitivos ou no ensino de tarefas - para um olhar mais abrangente, em que se busca o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Essa perspectiva contrasta com a experiência educativa que a maior parte dos brasileiros tiveram, por frequentar um ensino escolar que aplica uma pedagogia mais tradicional e que dá muito foco ao ensino de conteúdos teóricos, muitas vezes distantes do contexto dos alunos. Já o modelo de Educação por Competências valoriza muito a ação prática e o comportamento, e, por isso, a descrição da competência a ser alcançada ao final da capacitação deve remeter a uma ação a ser desempenhada (tanto que sua escrita se inicia com um verbo).

Trabalhar estratégias de aprendizagem organizacional para o desenvolvimento de competências revela perspectivas associadas a verbos como: saber agir, mobilizar recursos, integrar saberes múltiplos e complexos, saber aprender, saber engajar-se e assumir responsabilidades, ter visão estratégica, saber planejar, saber mediar, etc. Sob essa ótica, as competências buscam agregar valor à missão da organização e valor social ao indivíduo, motivando a aprendizagem e o contínuo desenvolvimento.

É necessário manter a atenção ao utilizar esse modelo, pois há um possível risco de redução do processo educacional para fins utilitaristas e de simplificação da relação dos educandos com o conhecimento. Ou seja, há um risco de os conteúdos serem destituídos da sua perspectiva histórica e social, sendo fragmentados para o exercício de uma finalidade específica e imediata descrita na CHA. O resultado disto é a redução do processo de ensino e aprendizagem à sua dimensão mais instrumental de qualificação para uma tarefa específica.

Nesse sentido, a ACADEBio e os(as) educadores(as) devem assegurar que os processos formativos se mantenham reflexivos e contextualizados e não sejam fragmentados em ações de desenvolvimento desconexas, voltadas aos indivíduos e seu desempenho, desprovidas de sua dimensão histórica e política.

Nunes (2006) enfatiza que, se os educadores desenvolvem esforços contínuos para a superação do caráter produtivista da educação profissional, indo além do foco nas individualidades e no desempenho, e assumem o compromisso com a cidadania (e, neste caso, com a função pública), é possível potencializar as capacidades transformadoras do modelo de Educação por Competências.

3.4.3 Educação dialógica entre pessoas e saberes

Diante da complexidade dos desafios ambientais, é preciso que as ações coletivas, entre poder público e sociedade, sejam convergentes e complementares. Deve-se estabelecer novas formas de construção de conhecimento, diante dos desafios apresentados, que sejam mais abrangentes, inclusivas e que contribuam para a criação de consensos e para a gestão dos dissensos em torno da ação humana no mundo. A prática da "Ecologia de Saberes" (SANTOS, 2007) é uma busca neste sentido.

A Ecologia de Saberes é um caminho que visa promover processos coletivos de produção de conhecimentos, por meio do diálogo de vários saberes. Entende-se que vários saberes podem ser considerados úteis para o avanço das lutas sociais pelos que nelas intervêm. Para isso pressupõe-se a manutenção de ambientes suficientemente inclusivos e acolhedores para que a diversidade de conhecimentos possa emergir.

Ao falar de dialogicidade, valoriza-se a troca de ideias entre pessoas, mas também o diálogo entre diferentes tipos de saberes. Isso se faz ainda mais relevante no contexto de trabalho do ICMBio, em parceria com populações de culturas diversas e modos de vida tradicionais.

Numa relação de ensino-aprendizagem, o diálogo de saberes é a confluência ou o encontro do conhecimento científico (construído, sistematizado, comprovado e reproduzido nas escolas e universidades) com o conhecimento ou saber popular (construído, sistematizado, reafirmado e reproduzido por meio da experiência de vida). É possível citar aqui os saberes das populações quilombolas, extrativistas, agricultores, pescadores artesanais, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, entre outros povos e comunidades tradicionais, assim como os povos indígenas.

O diálogo de saberes pressupõe troca, uma relação de sujeitos iguais, ambos educadores e educandos, ou seja, uma relação horizontal em que nenhum é melhor ou mais que o outro, e ambos são possuidores de conhecimentos, sejam eles cientificamente ou socialmente construídos. A proposta não é negar ou substituir um saber pelo outro, mas sim estabelecer uma troca, um diálogo de saberes que possibilite uma ampliação e potencialização de ambos. O conhecimento científico e o conhecimento popular são diferentes e complementares, não são antagônicos (ANDRADE, 2010).

Sendo um processo que almeja ser democrático, a prática dialógica exige de todos paciência. Saber dialogar e escutar profundamente é um dos princípios básicos, porém o exercício do diálogo é um desafio individual e coletivo em uma cultura de pouca escuta e debate de ideias do tipo ganha-perde.

No ICMBio, de maneira geral, já há uma cultura estabelecida de troca de ideias, debates e participação, a qual pode ser aprimorada. Alguns cursos no âmbito da Educação Corporativa incluem atores parceiros e buscam promover o diálogo de saberes, mas são experiências que não alcançam a totalidade. É importante avançar em formas de inclusão das lideranças comunitárias e mestres e mestras das comunidades tradicionais nas diferentes etapas do planejamento, execução e avaliação de atividades educativas nas quais estejam envolvidos(as).

Os educadores (instrutores e docentes em seus diferentes papéis) precisam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para saber dialogar e facilitar diálogos. Segundo Freire (1921-1997), o educador deve buscar estabelecer relações dialógicas no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo que, ao passo que ensina, também aprende. Para isso, é necessário que cultive uma postura de eterno aprendiz. Para o autor, quem ensina “aprende o ensinar” e quem aprende “ensina o aprender”, chamando de dodiscência essa relação mútua, complementar e inseparável entre docência e discência.

Dessa forma, é fundamental que os educadores e educadoras aprimorem suas escutas e conheçam técnicas para promover a interação entre e com os(as) educandos(as) por meio do diálogo. Também é preciso saber criar condições para espaços de cumplicidades onde predomine o sentimento de pertencimento entre os participantes e se estabeleça um diálogo democrático e afetivo em que todos se expressem como sujeitos do processo educativo, de forma ativa e não apenas responsiva (FREIRE, 1996). A reflexão coletiva propicia uma contextualização abrangente dos temas em questão, pois considera os diferentes saberes, experiências, sentimentos e motivações das pessoas que ali estão, e assim promove o pensamento crítico e a construção de soluções criativas, pertinentes e convergentes para os desafios encontrados.

Escutar a perspectiva e os conhecimentos prévios dos educandos também é fundamental para a prática docente. Pois, ao conhecer as especificidades do grupo, o educador terá também a oportunidade de aprimorar o que havia previsto em seu planejamento inicial, estabelecendo um diálogo vivo entre o que os educandos compreendem e os novos conteúdos a serem trabalhados. Sabe-se que a construção do conhecimento, quando contextualizada e ancorada em saberes pré-existentes, propicia aprendizagens mais duradouras e significativas para o grupo (MOREIRA, 1999).

É importante que as ações educativas organizadas pela ACADEBio caminhem no sentido de ampliação, tanto para a participação de vários públicos e com saberes diversos, mas também na perspectiva voltada ao fortalecimento da participação social qualificada desses atores nos territórios. Por meio de processos educativos democráticos busca-se desenvolver experiências fomentadoras de valores e atitudes que possam contribuir para a participação efetiva para além do processo educativo, de maneira mais abrangente na vida em sociedade.

3.5 O desenvolvimento de competências para a instrutoria

A docência dos cursos promovidos pelo ICMBio é exercida, prioritariamente, por servidores e servidoras da própria instituição, em alguns casos em colaboração com atores externos que tem conhecimentos (científicos e tradicionais) sobre os assuntos, a fim de enriquecer o diálogo de saberes. Nos temas sobre os quais o corpo de instrutores do Instituto ainda não detém a expertise, geralmente há participação de colaboradores(as) externos (parceiros ou contratados) para que este conhecimento possa ser reelaborado e integrado à casa.

A opção de formar instrutores do próprio quadro funcional está relacionada à valorização da experiência e dos talentos internos, e ao reconhecimento de que há especificidades de construção do conhecimento do ICMBio.

Há um amplo leque de competências requeridas para as frentes de atuação no Instituto, as quais não se encontram reunidas em uma única formação acadêmica específica. Esses conhecimentos e atividades práticas estão esparsos em diferentes cursos de graduação e pós-graduação ou em alguns poucos cursos específicos desenvolvidos por instituições especializadas. Muitos dos conhecimentos que fazem parte das práticas dos servidores e servidoras foram desenvolvidos e aprimorados empiricamente no dia a dia do trabalho.

O ICMBio reconhece o conhecimento consolidado no cotidiano e investe nas potencialidades dos sujeitos que integram a instituição, assumindo que eles estão, simultaneamente, em contínuo processo de aprendizagem e prontos para contribuir como educadores(as) junto aos seus pares. Esta é uma forma de gestão do conhecimento, para que os aprendizados individuais construído na práxis possam se tornar patrimônio de todos.

Nessa perspectiva, o Instituto tem investido na identificação de servidores com domínio de conhecimento em temas específicos e interesse em atuar na área da educação, passando a oferecer capacitações em instrutoria, inicialmente por meio dos Cursos de Formação de Instrutores (CFI), mas hoje abarcando também outras formações.

O ICMBio considera que é imprescindível que as pessoas que venham atuar na instrutoria de ações de desenvolvimento tenham competências desenvolvidas na área temática em que atuam, ao mesmo tempo em que desenvolvam competências no campo da educação, reafirmando a ideia de educador(a) reflexivo(a) e que reconhece a natureza política de sua atuação. Dessa forma, não é esperado que instrutores(as) sejam experts na área da educação, mas que desenvolvam competências básicas para a docência e continuem evoluindo gradativamente, num processo contínuo, buscando a superação do espontaneísmo nas ações pedagógicas com vistas a um trabalho intencional e planejado com base na Didática.

A Didática é um ramo da pedagogia voltado ao planejamento de processos de ensino e aprendizagem. Ela tem o papel de articular duas importantes dimensões de saberes, o teórico-científico e o tecno-prático, nas fases de planejamento, execução e avaliação das ações educativas (LIBÂNEO, 2013). A dimensão teórico-científica está relacionada aos conhecimentos que dão fundamentação à educação, abarcando áreas como filosofia, sociologia, história da educação, etc. A tecno-prática está relacionada às práticas de planejamento de ensino, escolha e execução de metodologias, forma de comunicação com os educandos e outras facetas do trabalho prático do educador.

A interação entre essas duas dimensões tem o objetivo de assegurar as perspectivas político, social e técnica no processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma ação docente ao mesmo tempo prática e reflexiva. Evita-se assim que as ações sejam uma mera reprodução mecânica de técnicas descontextualizadas, mas sim que estejam em permanente avaliação e recondução (LIBÂNEO, 2013).

Cada nova experiência na instrutoria pode ser uma oportunidade para o aprimoramento de si mesmo e de sua prática, mas é preciso senso crítico e disposição para o aprendizado. Por esta razão, a instituição investe em ações de desenvolvimento voltadas para quem atua na instrutoria, sempre buscando fomentar diálogos entre teoria e prática, seguindo o conceito de práxis educativa que, em suma, pode ser entendida como a dinâmica entre ação-reflexão em movimento constante.

Nessa perspectiva, o educador planeja o processo educativo com base em um pensar crítico sustentado por teorias. Porém, ao colocar suas ideias em ação, elas são confrontadas com o mundo concreto e com as contribuições, avanços e questionamentos dos sujeitos envolvidos. É nesse desenrolar da prática que os saberes se confirmam, se modificam e se ampliam. Quando o educador reflete sobre a experiência, ele tem a oportunidade de aprimorar suas teorias, sua ação pedagógica e, também, a si mesmo (FREIRE, 1996a, b).

Essas condições implicam, por parte do educador, um cultivo do rigor científico e metodológico e de sua atenção, curiosidade, humildade, flexibilidade, persistência e criticidade. (FREIRE, 1996a).

Portanto, é fundamental que a ACADEBio siga identificando lacunas de competências dos servidores e servidoras que atuam na instrutoria, investindo em ações de desenvolvimento e na gestão do conhecimento desta temática. Também é importante o incentivo para que as capacitações promovam um maior diálogo com saberes diversos, tanto com a presença diversificada do público discente, como também entre os docentes.

3.6 Avaliação de aprendizagem

A práxis educativa está intrinsicamente ligada à prática da avaliação, pois é a coleta de informações e análise dos fenômenos vividos que permite a realização de julgamentos pertinentes e novas compreensões.

Os processos de avaliação na educação são tratados pela ACADEBio como uma ferramenta imprescindível e que possibilita a criação de uma cultura de mudança, de atualização contínua e de aperfeiçoamento das estratégias para a melhoria das ações de desenvolvimento. Uma cultura avaliativa possibilita circularidade às práticas educativas, na medida em que auxilia no acompanhamento dos objetivos definidos e coloca os envolvidos no processo (educadores, educandos, equipes de suporte da ACADEBio e áreas técnicas envolvidas) na condição de avaliar o seu próprio desempenho, reconhecendo seus avanços e suas dificuldades.

A avaliação de aprendizagem, em especial, é uma ferramenta estratégica fundamental para o processo de ensino e de aprendizagem. Ela fornece subsídios para os educadores, considerando que seus resultados podem indicar a necessidade de aprimoramento e recondução da proposta educativa. Ela pode também fornecer subsídios para o educando, tendo um caráter formativo, pois o retorno da informação gerada fortalece a autoconsciência de sua aprendizagem e possibilita chances de autorregulação.

Ressaltamos que algumas situações de aprendizagem podem requerer avaliações que resultem em um conceito, nota ou classificação no final da capacitação, e que este pode ser utilizado para condicionar a aprovação e certificação dos educandos e educandas. Esta é uma possibilidade de uso da avaliação (função somativa e classificatória) e que pode ser muito pertinente a depender da finalidade. Porém, é importante que os educadores não confundam a nota e a classificação como finalidade última do processo avaliativo, pois esta é uma distorção comum. A nota não é o que mais importa na avaliação, mas o que se faz com ela.

Além disso, alinhando à perspectiva crítica de educação, recomenda-se que os instrumentos a serem utilizados favoreçam uma construção lógica e reflexiva dos conhecimentos, evitando a necessidade do excesso de memorizações sem significados e a realização de “pegadinhas” por parte do educador.

É muito importante que, nas capacitações oferecidas pelo ICMBio, também haja transparência dos critérios de avaliação utilizados e uma interação dialógica entre os educadores e educandos (no caso da EAD, entre o conteúdo e os educandos). Esta prática revela um exercício educacional respeitoso e democrático, diferenciando-se das práticas pedagógicas autoritárias e monopolizadoras presentes em processos avaliativos de parte considerável das aprendizagens escolares.

A falta de definição de critérios claros e específicos tendem a gerar subjetividade, perda de efetividade no processo avaliativo e até o uso distorcido da autoridade docente. Segundo Luckesi e Ferrari (2006), o desenvolvimento da autoconsciência do educador é importante para a detecção de possíveis distorções avaliativas que possam estar ocorrendo, evitando que questões pessoais e subjetivas interfiram nas profissionais.

Também são importantes as práticas de avaliações autocríticas, as quais os educadores e educadoras devem realizar no processo da práxis. A reflexão sobre sua prática e atitudes é uma forma de identificar pontos fortes e aqueles a serem melhorados.

Outra competência a ser desenvolvida para o processo de avaliação de aprendizagem é a capacidade de realizar boas devolutivas para os educandos e educandas. O processo reflexivo desencadeado pelo feedback (ou retorno/devolutiva) é uma possibilidade que permite a conscientização dos educandos diante do processo de aprendizagem. Esta prática evidencia os avanços, mas também as dissonâncias entre o resultado pretendido e o real. Ela oportuniza a autorreflexão crítica sobre o próprio comportamento e o desempenho alcançado. Como resultado, pode gerar motivação para a mudança e melhorias dos resultados da aprendizagem a partir do direcionamento de forças para os pontos que requerem maior empenho (ZEFERINO; DOMINGUES; AMARAL, 2007).

A devolutiva (feedback) é uma ferramenta que precisa ser potencializada nas formações que ocorrem na ACADEBio. Ela deve ser aplicada de forma contínua dentro de um processo educativo, até mesmo em cursos autoinstrucionais, por meio de retornos automatizados no AVA, fornecimento de gabaritos e respostas padronizadas.

Os educadores precisam desenvolver e aprimorar competências comunicativas e sociais para dar e receber devolutivas abertamente e de forma adequada, sob uma atmosfera saudável.

Outra prática desejável e que pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia dos educandos é fomentar o exercício de sua autoavaliação, a avaliação por pares e até mesmo a avaliação dos instrutores, por meio de um diálogo qualificado nos momentos de fornecer feedback. Essa prática favorece a transparência, objetividade e melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, é importante reforçar que a aplicação dos instrumentos avaliativos e a obtenção dos resultados, em qualquer um dos níveis avaliativos, são apenas uma parte do processo, como foi destacado no item 2.2.2. “Papel na implementação da Educação Corporativa do ICMBio”. A avaliação só estará completa após a análise cuidadosa desses resultados e o seu uso para redirecionamento das ações, nos vários níveis de planejamento. Nessa análise, pode-se, inclusive, aperfeiçoar os próprios instrumentos de avaliação e se pensar sobre os melhores momentos para aplicá-los.

3.7 Síntese das orientações para balizar a atuação da instrutoria

Para a realização de processos de ensino-aprendizagem críticos é necessário:

- Buscar compreender os(as) educandos(as) como seres humanos complexos em processo contínuo de desenvolvimento e conhecer o contexto (cultural, social, histórico, político) em que estão inseridos.

- Promover o desenvolvimento integral desses educandos, planejando estratégias para aprimorar múltiplas capacidades (principalmente autonomia, criticidade, ética, destreza, qualificação técnica e habilidades socioemocionais) que possam auxiliar a tornarem-se sujeitos emancipados e capazes de lidar com os desafios do trabalho e da vida.

- Promover a amplitude do conhecimento, facilitando o diálogo de saberes, por meio da participação de atores diversos e articulação dos diferentes saberes.

- Vincular os conteúdos às realidades dos educandos e educandas, criando um campo para trocas de saberes e aprendizagens com significados.

- Ter como objetivo o desenvolvimento de competências relacionadas aos temas específicos, ao mesmo tempo em que se mantém a perspectiva sistêmica quanto ao papel do ICMBio na Gestão Ambiental Pública (GAP) e as obrigações éticas dos servidores públicos, relacionando, sempre que possível, essas dimensões.

- Promover experimentos, aplicação e vivências dos conteúdos apreendidos, de forma que os discentes sejam corresponsáveis por sua própria aprendizagem, considerando o que faz sentido prático para a sua vida pessoal ou profissional, a partir da bagagem e da história de vida de cada um.

- Adotar metodologias de ensino que promovam integração dos processos de trabalho na perspectiva da participação social e gestão de conflitos socioambientais, buscando a conservação dos recursos naturais, o fortalecimento da cidadania e a justiça ambiental e social.

- Realizar avaliações com intencionalidade e critérios claros, e realizar retornos que permitam que os educandos e educandas ampliem a autoconsciência sobre seu aprendizado e se autorregulem, estimulando sua autonomia e responsabilidade.

Notas de Rodapé

[8] Disposto no Decreto nº 11.193/2022 e a Portaria ICMBio nº 1.270/2022.

[9] Regulamentada pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, Decreto nº 10.506, de 2 de outubro de 2020, e Instrução Normativa SGPENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021.

[10] Instituída pela Portaria Normativa n.º 106, de 30 de dezembro de 2008 e atualizada pela Portaria nº 71, de 28 de janeiro de 2020 que dispõe sobre os critérios e procedimentos para implementação da PNDP no âmbito do ICMBio.

[11] A GECC é uma gratificação prevista no Art. 76-A, Lei 8.112/1990, devida ao servidor público federal que, em caráter eventual, desempenhe atividades de instrutoria (coordenador, instrutor, tutor, conteudista) em cursos de formação, desenvolvimento ou treinamento regularmente instituídos, ou, ainda, que participe em bancas ou comissões examinadoras ou na logística de preparação e realização de concursos públicos ou de exame vestibular. É regulamentada pelo Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022.

[12] Instituída pela Lei n.º 9.795/1999.

[13] Neste PPP entende-se emancipação na perspectiva de Freire (1996b), como a capacidade humana de superação da alienação quanto a condições desumanizantes ou limitantes vivenciadas, se tornando consciente e responsável pela formação da própria história e por uma atuação crítica e ativa na sociedade.

[14] A compreensão neste PPP sobre o conceito de “meio ambiente” é dialética, sendo a relação sociedade-natureza, na qual os espaços “ambientais” não estão dissociados dos espaços “humanos” (ZANONI; RAYNAUT, 1994). O meio ambiente é o campo de inter-relação entre natureza e sociedade. Considera-se limitada a concepção de que a sociedade e a natureza estão em polos dicotômicos e antagônicos. Portanto, quando é usado o termo socioambiental, a intencionalidade é de enfatizar uma ideia que, em essência, já está implícita na concepção de “meio ambiente” adotada neste PPP.

4. MARCO OPERACIONAL

Neste marco serão apresentados alguns desafios da ACADEBio e linhas de ação para a reorganização do trabalho na perspectiva pedagógica, administrativa, financeira e político-social, em coerência com as opções expressas no Marco Referencial.

Parte das linhas de ação já constam como metas do Planejamento Estratégico da ACADEBio, elaborado em 2021[15], e serão apontadas outras que se revelaram relevantes no processo de elaboração deste PPP.

4.1 Desafios e linhas de ação

4.1.1 Orçamento e investimentos em infraestrutura e pessoal

O orçamento que vem sendo disponibilizado para a ACADEBio nos últimos anos é incompatível com a demanda de capacitação apresentada pelas áreas técnicas do ICMBio. É também incompatível com a estrutura física, de recursos humanos e financeira da ACADEBio, ou seja, com a sua capacidade operacional para atender a essa demanda. É necessário compatibilizar o PDP com os recursos para investimento e a capacidade de execução institucional.

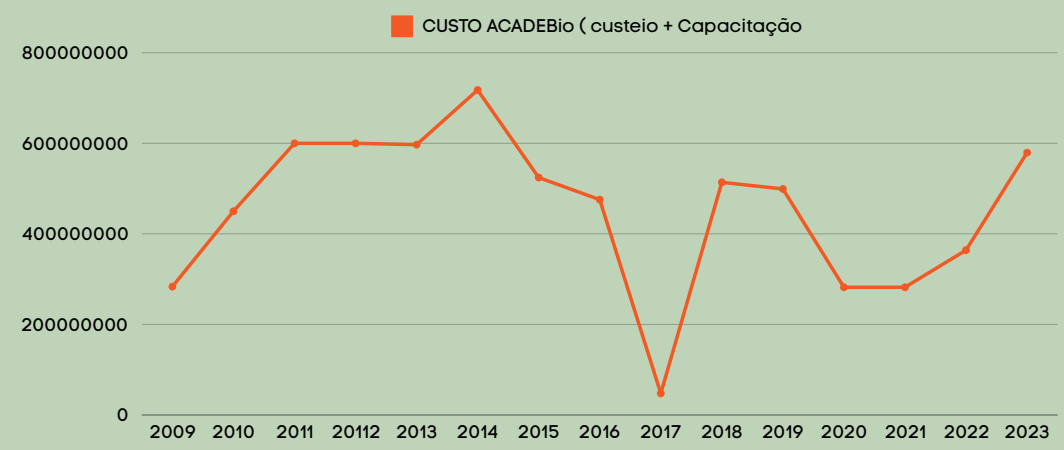
Historicamente, tem havido uma tendência de aumento na participação das diferentes coordenações do ICMBio na promoção de ações de desenvolvimento o que, consequentemente, aumenta a demanda por recursos. Porém, houve quedas no investimento realizado para as ações de desenvolvimento dos servidores (ver Quadro 3 e Gráfico 1 abaixo). A queda em 2020 reflete, em certa medida, o efeito da pandemia de COVID-19, que limitou a oferta de cursos presenciais.

Quadro 3 – Custeio da ACADEBio de 2009 a 2023

AÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio da Unidade	2.835. 992,09	4.499. 577,97	5.999. 528,00	5.999. 905,00	5.970. 174,33	4.557. 283,97	3.383. 201,07
Capacitação de Servidores						2.619. 527,43	1.860. 624,60
Total :	2.835. 992,09	4.499. 577,97	5.999. 528,00	5.999. 905,00	5.970. 174,33	7.176. 811,40	5.243. 825,67

AÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Custeio da Unidade	3.498. 798,92	3.142. 338,33	3.387. 386,82	3.265. 181,86	2.285. 703,41	2.859. 687,40	1.744.011 ,99	1.744.011 ,99
Capacitação de Servidores	1.257. 197,00	1.619. 445,26	1.751. 239,66	1.727. 229,05	535.13 8,40	14.286,0 0	1.8896. 697,02	1.8896.6 97,02
Total :	4.755. 995,92	4.761. 783,59	5.138. 626,48	4.992. 410,91	2.820. 841,81	2.820. 841,81	3.640.7 09,01	5.793.86 4,52

Gráfico 1 – Investimentos ACADEBio 2009 a 2023



Fonte: ACADEBio, 2023

A ampliação do aporte de recursos se faz ainda mais necessária num contexto de expansão da oferta educacional em que, além da demanda de ampliação no investimento interno em ações de desenvolvimento voltadas aos servidores e servidoras do ICMBio, também há por ações direcionadas ao público externo que atua em processos de Gestão Ambiental Pública em articulação com os servidores do Instituto (comunitários, pesquisadores, representantes de ONGs, servidores públicos, etc.). A capacitação do público interno e do público externo contribui para o diálogo de saberes e para a realização de ações convergentes voltadas para a concretização da missão do ICMBio.

É importante reforçar que os recursos da capacitação do PDP são voltados às ações de desenvolvimento para servidores(as) do ICMBio e que a ACADEBio tem priorizado aquelas ações que ofertam mais de 50% das vagas para servidores(as). No intuito de ampliar a capacitação para outros públicos, será preciso buscar estratégias que viabilizem essa participação. Parcerias e outras fontes de recurso e estratégias para a sustentabilidade da ACADEBio são ações relevantes nesse sentido.

Os investimentos para esta ampliação devem ser financeiros, para custeio das capacitações desse público externo e para manutenção da ACADEBio, mas também vinculados à necessidade de ampliação da infraestrutura física e tecnológica, aumento de pessoal e capacitação interna. Portanto, é um objetivo estratégico da ACADEBio realizar a diversificação de suas fontes de recursos, por meio de parcerias com instituições públicas e privadas.

Outra estratégia de diversificação de fontes de recursos tem sido a busca por parcerias com organizações e universidades públicas e privadas para financiamento de projetos de interesse comum e articulação da captação de recursos por meio de projetos externos, juntamente com a Coordenação de Projetos do ICMBio.

4.1.2 Oferta de pós-graduação

Buscando ampliar sua oferta, outra meta da ACADEBio é obter a certificação junto ao Ministério da Educação (MEC) para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Entende-se que essa é uma oportunidade de grande relevância, considerando que a oferta de cursos profissionais e acadêmicos para o desenvolvimento de competências relacionadas à gestão de Unidades de Conservação e da sociobiodiversidade tem sido pouco explorada, tanto no Brasil como no exterior, e o ICMBio detém uma expertise única.

Para estar apta a este credenciamento, a ACADEBio tem realizado diversos investimentos, como a contratação de bibliotecária e organização do acervo, criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da ACADEBio, adaptação das estruturas para acessibilidade, melhoria na gestão dos dados educacionais, entre outros.

Dentre as diversas alternativas de formação oferecidas pela ACADEBio, alguns cursos dispõem de conteúdo programático, corpo docente e carga horária no conjunto de módulos e disciplinas suficientes para serem classificados como cursos de pós-graduação *lato sensu* reconhecidos pelo Ministério da Educação. São eles: (i) Programa de Gestão Para Resultados em Unidades de Conservação, (ii) Gestão Socioambiental e (iii) Políticas Públicas de Implementação de Manejo Integrado do Fogo. Este último já está sendo planejado para ser ofertado como especialização.

Junto com a oferta de cursos de pós-graduação, a ACADEBio buscará promover intercâmbios educativos e de pesquisa com instituições internacionais. Para tal, será necessário fortalecer parcerias com outras instituições de ensino, universidades, organizações especializadas em concessão de bolsas de estudos, organizações da sociedade civil e outros organismos de governo interessados e engajados na conservação ambiental.

4.1.3 Composição da equipe

A equipe da ACADEBio é formada atualmente por 56 pessoas, que atuam nas frentes pedagógica, tecnológica, operacional, logística e gerencial relacionadas a oferta de ações de desenvolvimento presenciais e EAD, atendimento às solicitações de capacitação por demanda espontânea, gerenciamento de projetos, avaliação e melhoria de fluxos e processos, além de manutenção predial e de frota, conforme descrito no item 2.1.2 deste PPP.

Essa equipe é reduzida para atender a atual demanda e não há especialistas para atuar em certas necessidades específicas, como, por exemplo, na gestão da plataforma AVA ou na revisão de textos. Além das demandas de rotina, há projetos iniciados por meio de consultoria PNUD 2021-2022 e que precisam ser implementados, a exemplo dos projetos de gestão do conhecimento e trilhas de aprendizagem. Eles estão pendentes por falta de condições da equipe atual para absorver essas novas atividades.

Outro desafio é que na equipe há poucos servidores do quadro permanente da carreira e uma predominância de agentes temporários e colaboradores terceirizados,[17] alguns assumindo tarefas estratégicas e que requerem conhecimentos muito especializados, como transposição, desenho de interações e desenho gráfico para EAD. Contudo, não é possível a destinação de recurso para capacitação de terceirizados por meio da Educação Corporativa, somente pelas próprias empresas, o que é uma limitação. Além disso, existe a fragilidade quanto à continuidade desses contratos. É preciso, portanto, determinar estratégias para ampliação, qualificação e integração da equipe.

Atualmente, a ACADEBio tem buscado ampliar seu quadro de funcionários por meio de estratégias de abertura de vagas para remoção interna, para estágio e para contratos terceirizados em atividades específicas.

4.1.4 Trabalho em rede, mapeamento dos fluxos de trabalho e capacitação interna

O trabalho da ACADEBio é realizado por uma equipe de pessoas distribuídas em diferentes localidades: sede do ICMBio (em Brasília-DF), ACADEBio (em Iperó-SP) e pessoas trabalhando de forma remota em Iguape- SP, São Paulo-SP e Salvador-BA. Administrar e potencializar o trabalho neste formato ainda é um desafio, sendo uma competência em desenvolvimento pela equipe e seus líderes. Algumas ferramentas têm colaborado para melhor interação e comunicação, como o Microsoft Teams, mas ainda existe a necessidade de aprimoramento e problemas a serem superados, como: ruídos de comunicação, erros na execução e sobreposição de tarefas.

Para superar as dificuldades, a ACADEBio vem realizando esforços para melhoria dos seus processos internos. Neste ano de 2023, com perspectiva de continuidade em 2024, está ocorrendo uma avaliação dos processos de trabalho relacionados à proposição e realização de ações de desenvolvimento do PDP, buscando identificar falhas e propor melhorias nos fluxos, descrever processos, elaborar/atualizar guias e roteiros, aprimorar documentos e nivelar equipes. Já existe uma modelagem de processos realizada em 2020 e que vem sendo a base para esta atualização. Nesse sentido, já foram realizadas entrevistas em 2023, com pessoas que trabalham nas equipes da ACADEBio e alguns servidores e servidoras que têm atuado na instrutoria, para levantamento dos principais pontos de aperfeiçoamento, bem como de boas práticas.

Além disso tem sido realizadas ações de capacitação interna da equipe, como a “1ª Jornada Pedagógica da ACADEBio”, realizada em abril de 2023 para as equipes do Setor de Educação a Distância (SEAD) e da Divisão de Educação Ambiental e de Desenvolvimento de Pessoas (DEAPE), onde foram levantados os desafios das equipes e propostas sugestões de melhoria. A expectativa é dar continuidade com diferentes ações de desenvolvimento voltadas à equipe da ACADEBio e com encontros periódicos para planejamento e avalição das atividades.

4.1.5 Aprimoramento do processo de construção do PDP

Há necessidade de aprimorar os processos de construção e priorização dos cursos PDP, por meio de uma metodologia padronizada e consistente. Um desafio é melhorar o trabalho em rede que envolve a participação das áreas técnicas do ICMBio, Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) e Comitê Geral de Capacitação (CGCAP), além da atuação articulada com o Ministério da Economia (ME) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Esses dois últimos indicam a metodologia básica a ser seguida pelas instituições públicas do poder executivo. Porém, ainda estão em fase de aprimoramento de sua metodologia e, nos últimos anos, tem havido recorrentes mudanças na proposta e com prazos curtos para uma implementação com qualidade.

A cada mudança realizada a ACADEBio precisa de tempo e investimento para adequação dos fluxos, com treinamento das pessoas envolvidas e investimento em divulgação interna. Além disso, há necessidade de adaptação da metodologia proposta às especificidades da ACADEBio, que não se ajustam ao modelo genérico. Por isso, é preciso promover estratégias de organização interna de trabalho em rede que estejam adaptadas a este cenário instável.

Será preciso aprimorar os processos de elaboração do PDP partindo de uma análise de risco que deve incluir a participação das áreas técnicas para a priorização das ações de desenvolvimento. Também deverá ser promovido, em diálogo com a CCGP, o aprimoramento do mapeamento de lacunas institucionais de forma a estabelecer mecanismos para melhor articulação entre o processo de gestão das lacunas de competências pela CGGP e os objetivos das ações de desenvolvimento, considerando também os objetivos estratégicos do ICMBio. Essa articulação deve ser realizada desde a etapa de planejamento até a avaliação da capacitação.

Para a construção do PDP e sua implementação também há necessidade de uma maior aproximação com cada área técnica do ICMBio, por meio da indicação de pontos focais que possam centralizar as informações da área técnica e, juntamente com a ACADEBio, monitorar, dar suporte e estabelecer comunicação ativa junto aos coordenadores das capacitações do macroprocesso previstas no PPP. O fortalecimento do CGCAP também é fundamental para esta aproximação.

É importante considerar, também, que incluir nesta construção apenas instâncias constituídas por servidores pode limitar um diagnóstico mais preciso das necessidades formativas do corpo institucional. A ACADEBio poderia desenvolver formas de incluir, nesta construção, opiniões, impressões e sugestões daqueles para os quais são voltados seus serviços no fluxo de consulta e construção do PDP, como as entidades que compõem os Conselhos das Unidades de Conservação.

4.1.6 Comitê Gestor de Capacitação

O CGCAP, instância muito importante no processo de gestão das ações de desenvolvimento, também tem apresentado alta rotatividade, devido a troca frequente dos seus representantes (coordenadores gerais do ICMBio). Essas mudanças têm afetado o engajamento e a melhoria contínua dos trabalhos, pois é comum que novos membros entrem sem conhecer o papel e a importância desta instância, como também os procedimentos de trabalho envolvidos. É preciso investir em estratégias de comunicação e desenvolvimento desses representantes e em outras medidas de fortalecimento da instância.

Buscando o fortalecimento do CGCAP, a ACADEBio assumiu a secretaria executiva deste comitê e planeja realizar uma série de ações no sentido de qualificar a informação e capacitar os representantes para atuação nesta instância. Além disso, buscará construir, junto com os representantes, as possibilidades de melhorias no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do PDP e de outras atividades de capacitação (ex. licenças para pós-graduação e licença capacitação).

4.1.7 Formação e gestão do corpo de instrutores

Os instrutores e instrutoras que atuam na Educação Corporativa têm dedicação pontual para esta atividade. Nota-se certa rotatividade entre os servidores que atuam na instrutoria, pois alguns se aposentam, saem ou se afastam temporariamente da instituição, ou assumem cargos e funções que dificultam a dedicação para a capacitação. Há, então, a necessidade de promoção contínua de ações de desenvolvimento voltadas para quem vai atuar na instrutoria, a fim de que haja nivelamento, padronização e qualificação na atuação desses instrutores.

A atividade de instrutoria é complexa e requer saberes especializados, havendo então a necessidade de promover capacitação daqueles que irão começar a atuar na atividade, bem como de atualização daqueles que já estão no quadro. Há a necessidade também de desenvolvimento de competências para papéis específicos como coordenador(a), tutor(a), conteudista e instrutor(a).

Atualmente, a maior parte dos instrutores do ICMBio cursaram versões do Curso de Formação de Instrutores (CFI) anteriores a 2019, quando houve modificações mais profundas no currículo do curso, em decorrência da publicação do PPP do ICMBio, em 2017, e da introdução de novas tecnologias educacionais e da EAD. Além disso, há macroprocessos do ICMBio que tem pouco ou nenhum instrutor, caso das áreas administrativas do ICMBio.

É preciso aprimorar a gestão deste corpo de instrutores, mapeando suas lacunas, e planejar a oferta de capacitação para papéis específicos e para a atualização.

Deverá ser elaborada uma trilha de aprendizagem para a instrutoria, prevendo ações de desenvolvimento em diferentes formatos (presenciais, híbridos e EAD) e que possibilitem o desenvolvimento contínuo nas competências relacionadas aos diferentes papéis realizados dentro das equipes pedagógicas, prevendo oportunidades para atualização. Para isso, há a necessidade de revisão dos cursos que já existem (Curso Fundamentos da Instrutoria; Curso de Formação de Instrutores; Curso para Tutores EAD; e Curso para Conteudistas), construção de novos cursos (Curso para Coordenadores) e outras ações de desenvolvimento que apoiem a atualização de instrutores e instrutoras já portariados(as).

A oferta de capacitações deverá ser proposta com base em uma avaliação de demanda, considerando também a necessidade de promover a formação de equipe de instrutores(as) em certas temáticas do ICMBio.

Quanto à metodologia e conteúdos abordados, as ações devem estar em consonância com o Marco Referencial deste PPP, promovendo uma abordagem crítica, dialógica e pragmática, voltada ao desenvolvimento de competências e ao fortalecimento da Gestão Ambiental Pública.

4.1.8 Recrutamento de instrutores(as) e gestão do conhecimento

Outra questão envolvendo o quadro de instrutores é a demanda por aprimoramento dos procedimentos de seleção para atuar na instrutoria. Atualmente, o recrutamento para atuação é realizado por meio de indicação de nomes, geralmente de pessoas reconhecidas por sua experiencia e conhecimentos na área de atuação. Em muitos casos observa-se um acúmulo de atividades para um número restrito de instrutores, enquanto há outros com formação no CFI e portariados que estão inativos e que, potencialmente, poderiam também passar a contribuir com os processos de capacitação. Há casos em que servidores atuam em diversas capacitações e as unidades de lotação destes se queixam pelo excesso de horas em que ficam afastados das atribuições na unidade.

Portanto, aprimorar a forma de recrutamento envolve ampliar a transparência e isonomia no processo, como também ampliar a rede de servidores ativos na instrutoria, equilibrando o tempo de dedicação a essa atividade. É preciso também fazer um processo de gestão de conhecimento nas áreas temáticas que promovem capacitações, fazendo com que o conhecimento concentrado em poucos instrutores, passe a ser compartilhado e nivelado entre outros colegas com atuação na instrutoria.

A ACADEBio deverá trabalhar numa proposta que busque implementar mecanismos de seleção para atuação na instrutoria das ações de desenvolvimento. Essa proposta deverá estar descrita na instrução normativa que detalhará a Portaria ICMBio n°1.095/2022. Para essa tarefa, deverá ser instituído e gerido um banco de talentos que servirá de base para procedimentos de inscrição, seleção e monitoramento de profissionais cadastrados. Para isso, poderão servir como base as informações reunidas no painel dinâmico Power BI sobre os instrutores portariados e não portariados do ICMBio[18]. Além disso a ACADEBio vem trabalhando para associar essas informações com o banco de dados do SIGEPE e do currículo sou.gov.

Para os processos de seleção é fundamental que sejam estabelecidos critérios relacionados à experiência e formação na área educacional, bem como a participação nas formações do ICMBio voltada à instrutores, além dos conhecimentos e habilidades relacionados à temática do curso. Esta é uma forma de garantir uma qualidade mínima desses profissionais e promover uma prática que esteja alinhada com a proposta pedagógica apresentada no Marco Referencial deste PPP.

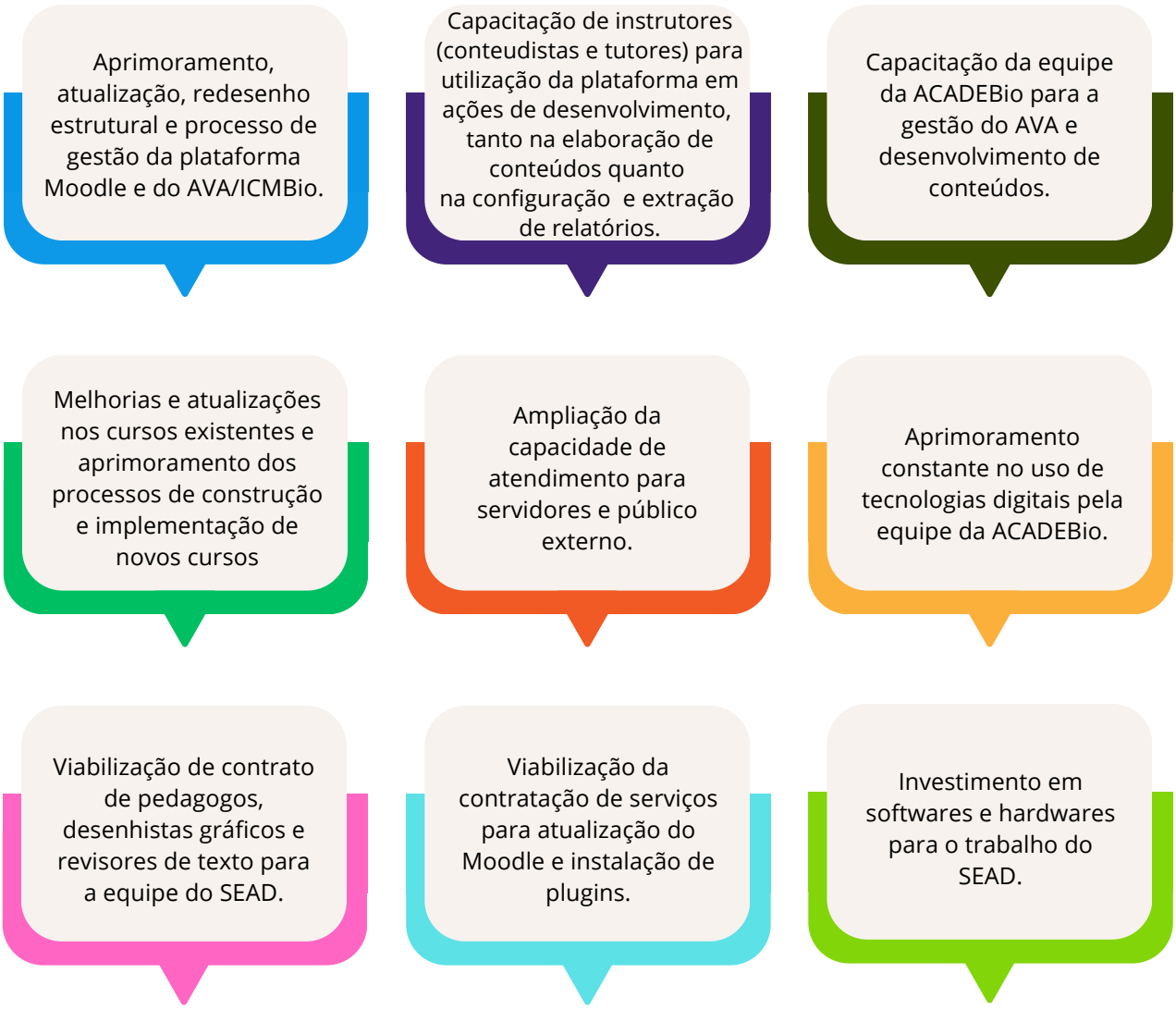
Além disso, será necessário implementar o projeto de gestão do conhecimento no âmbito dos processos formativos, proposto por consultor PNUD, a fim de favorecer que conhecimentos concentrados em alguns indivíduos passem a fazer parte de um conhecimento institucional e coletivo dentro dos grupos de instrutoria.

Para isso, será necessário reconhecer aqueles instrutores mais experientes e que detêm conhecimentos mais aprofundados, promovendo ações que possibilitem o compartilhamento de experiências e saberes entre os colegas com atuação na mesma área de instrutoria. Além disso, é preciso fazer com que os conhecimentos tácitos individuais e das equipes sejam explicitados e sistematizados em conteúdos que serão utilizados nos materiais pedagógicos. Também é fundamental que seja ampliada a perspectiva educacional, promovendo diálogos entre os saberes dos servidores com outros saberes ligados ao tema, como os científicos e os tradicionais trazidos por comunitários se relacionam com as unidades do ICMBio.

4.1.9 Melhorias no AVA e ampliação do escopo da oferta de EAD

A Educação a Distância (EAD) é relativamente nova na instituição, se comparada às estratégias presencias. Apesar dos avanços na plataforma AVA, no desenvolvimento de capacidades da equipe e dos procedimentos envolvidos, a infraestrutura e quantidade de pessoal ainda é deficiente para a demanda de trabalho e há necessidade de treinamento da equipe em alguns tópicos. São várias as questões que necessitam atenção para o desenvolvimento consistente dessa modalidade de oferta de ações de capacitação: não há contratação de serviço contínuo especializado para a gestão do AVA e atualização do Moodle, integração de novos plugins e aplicativos específicos; os computadores do SEAD precisam de upgrade e há necessidade de aquisição de softwares para as atividades de desenho gráfico e edição de vídeos; há etapas importantes do desenho instrucional dos cursos que são realizadas por colaboradores terceirizados ou estagiários, havendo certa fragilidade na continuidade na prestação de serviço; há necessidade de ampliação da equipe EAD e de investimento em capacitação interna, tanto em aspectos pedagógicos relacionados à Educação a Distância, como para o uso da plataforma e tecnologias educacionais associadas.

Levando em consideração o cenário descrito, a ACADEBio planejou e vem executando um projeto interno para o fortalecimento da Educação à Distância. O projeto envolve os seguintes objetivos:



Alguns desses objetivos já foram parcialmente alcançados, outros estão em andamento ou precisam ser realizados. A ACADEBio vem dialogando com a Coordenação de Planejamento, Projetos e Inovação de Tecnologia da Informação (CPTI) e também buscando parceiros para que viabilizem contratações e investimentos em infraestrutura.

4.1.10 Procedimentos de gestão da informação

A ACADEBio não possui um sistema de gestão acadêmica específico para o registro, guarda e compartilhamento das informações e conhecimentos oriundos dos processos formativos. As informações estão sendo organizadas no AVA e em diferentes planilhas e outros documentos. A falta de centralidade tende a gerar replicação na gestão da informação e dificuldade de extração de relatórios.

Considerando o cenário exposto, a ACADEBio vem solicitando o desenvolvimento ou contratação de um sistema adequado para o registro e gestão educacional, porém houve limitações internas do ICMBio para isto. Também tem realizado buscas por sistemas gratuitos de código aberto (Open source) como uma alternativa que atenda às suas necessidades. Há também uma expectativa de que, havendo a implementação do contrato de gestão, haja viabilidade para a contratação de um sistema. É fundamental que esta solução seja encontrada o mais rápido possível, principalmente porque o MEC exige um sistema que realize o registro e gestão de informações acadêmicas.

4.1.11 Sistema de avaliação e gestão para resultados

Nos últimos anos tem havido um investimento da ACADEBio para aprimorar os seus processos de avaliação, em diferentes níveis. Alguns já estão mais estabelecidos, como a avaliação de reação, e outros avançaram nos últimos anos, como a avaliação de aprendizagem dos educandos e a avaliação geral do curso, sistematizada pelos coordenadores. Porém, ainda não são aplicadas as avaliações de impacto das capacitações.

A consolidação da prática de avaliação de impacto no ICMBio terá grande relevância para os níveis tático e estratégico de planejamento, pois pode traduzir a efetividade da estratégia de capacitação. Ela pode fornecer informações sobre a capacidade de os processos formativos transformarem as pessoas, a cultura organizacional e o meio em que atuam, visando o alcance dos objetivos organizacionais. Trata-se de buscar acessar a eficácia da estratégia educativa como um instrumento de gestão para a melhoria da GAP.

A ACADEBio vem trabalhando no desenvolvimento de um modelo de avaliação de impacto a ser aplicado em uma experiência piloto ainda em 2024. Esse será mais um passo importante na consolidação das práticas educativas desenvolvidas pelo ICMBio.

Quanto à aplicação e análise de outros níveis de avaliação (aprendizagem, reação, avaliação geral de curso), estes vem sendo fomentados nos cursos relacionados à instrutoria, nas atividades de suporte pedagógico realizadas pela ACADEBio e cobradas nos documentos de registros utilizados pela DEAPE (plano de curso e relatório do coordenador).

Além da implementação da avaliação de impacto dos cursos, a ACADEBio tem a meta de manter instrumentos para a gestão dos processos voltados ao monitoramento dos resultados. Há metas no planejamento estratégico voltadas para criar um painel dinâmico de monitoramento de resultados da ACADEBio, além de preparar um relatório anual com propostas de melhorias dos processos, a partir da avaliação de indicadores de gestão, resultados e impactos.

4.1.12 Comunicação

A ACADEBio já tem uma prática de comunicação interna bem estabelecida, com diversos canais ativos, como Intranet, AVA, e-mail corporativo, WhatsApp corporativo, SEI, VOIP e telefone. Atualmente, há uma servidora na equipe, com formação em Comunicação Social – Jornalismo, que vem colaborando na comunicação (mais interna) e na implantação da identidade visual da ACADEBio. Contudo, a comunicação com o público externo ainda é muito deficiente, havendo necessidade de investimento num plano de comunicação, com atualização das redes sociais e criação de um site específico para a ACADEBio.

4.2 Plano de Monitoramento do PPP

A operacionalização do PPP acontecerá por meio da execução de uma série de planejamentos específicos de ações e atividades a serem coordenadas e executadas pelos setores e servidores(as) da ACADEBio. Deve haver proposição de metas, tarefas e indicadores para as ações propostas.

O monitoramento das ações será realizado a partir de avaliações periódicas do processo vivido. Para facilitar o plano de monitoramento, sugere-se que haja atualização do planejamento estratégico da ACADEBio, com a inclusão de novas linhas de ação indicadas neste Marco Operacional do PPP.

Haverá o acompanhamento periódico da implementação, com a utilização de planilhas e painéis dinâmicos para controle dos resultados. Essa tarefa será de responsabilidade de uma equipe de gerenciamento do PPP indicada pela coordenação da ACADEBio, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Notas de Rodapé

[15] Acessar o planejamento estratégico em https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/38032/mod_page/content/141/Planejamento%20Estratégico%20ACADEBio%202021.pdf

[16] Para mais informações sobre o Projeto (Re)nova e para leitura dos documentos na íntegra, acesse: https://ava.icmbio.gov.br/mod/page/view.php?id=17355

[17] São 11 pessoas do quadro permanente, 2 cedidas da Infraero, 01 cedida da UNIFAP, 9 Agentes Temporários Ambientais e 33 colaboradores(as) terceirizados(as).

[18] https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZThmYjZkNWEtOWM4Yy00YTQ1LTlhOTktMjZmMzk5YjRmM2RkIiwidCI6ImMxNGUyYjU2LWM1YmMtNDNiZC1hZDljLTQwOGNmNmNjMzU2MCJ9

4.3 REFERÊNCIAS

ACSELRAD H, HERCULANO S, PÁDUA JA. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil - uma introdução. In:Acselrad H, Herculano S, Pádua JA (organizadores). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Ford; 2004. p. 9-22.

ANDRADE, M. R. Notas para discussão sobre o diálogo de saberes: experiências inovadoras no ensino de ATER. Seminário Nacional De Ensino em Extensão Rural, 2. Santamaria- RS; 2010. Trabalho disponível em: http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arqs/Dialogo_de_saberes.pdf; acesso em 24 abr. 2023

ARAUJO, R M L. As referências da pedagogia das competências. Perspectiva, Florianópolis, v. 22, n. 02, p. 497-524, jul./dez. 2004 Disponível em http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html, acesso em 02/07/2021;

BERNARD, E.; PENNA, L. A. O.; ARAÚJO, E. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. Conservation Biology, n. 28, p. 939-950, 2014. doi:10.1111/cobi.12298.

BRANDÃO, C. R. O que é Educação? São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. Guia de Gestão da Capacitação por Competências. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; SEGEP, 2012. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/guia-gestao-dacapacitacao-por-competencias_2.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 10.506 de 02 de outubro de 2020. Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10506.htm#art1. Consulta em 29/07/2023.

BRASIL. Decreto nº 11.069 de 10 de maio de 2022. Regulamenta a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2022. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11069&ano=2022&ato=5baIzYq1kMZpWT359. Acesso em 29/07/2023.

BRASIL. Decreto nº 11.193 de 08 de setembro de 2022. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Diário oficial da União, 2022. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/09/2022&jornal=515&pagina=4&totalArquivos=163. Acesso em 29/07/2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.
BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Marco de referência em Educação Popular para as políticas públicas. Brasília - DF, 2014.
BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório da Auditoria Operacional. Governança das Unidades de Conservação do Bioma Amazônia. Brasília, 20 de novembro de 2013a.
DURAND, T. L'alchimie de La compétence. Revue Française de Gestion. Paris, n. 127, p. 84-102, 2000.

EBOLI, M. O papel das lideranças no êxito de um sistema de educação corporativa. Revista de Administração de Empresas – RAE – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, v. 45, n. 4, p. 118-122, out./dez. 2005.
FBSP- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021) - Cartografias das violências na região amazônica: relatório final. Relatório online https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-amazonica-relatorio-final-web.pdf

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. Revista da Administração Contemporânea [online], v. 5, p.183-196, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552001000500010&script=sci_abstract. Acesso em: 04. dez. 2019.

FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996b.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1996a.- colocar na citação o a
FURTER, P. Educação permanente e desenvolvimento cultural. Trad. Teresa de Araújo Pena. Petrópolis: Vozes, 1974. 224p.

GLOBAL WITNESS. Last line of defence: the industries causing the climate crisis and attacks against land and environmental defenders . Relatório online setembro, 2021. https://www.globalwitness.org/documents/20190/Last_line_of_defence_-_low_res_-_September_2021.pdf

GUIMARÃES, R. P.; FONTOURA, Y. Z. R. Rio+20 ou Rio-20: Crônica de um fracasso anunciado. Ambiente e Sociedade – ANPPAS, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-39, dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttext&pid=S1414- 753X2012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 jul. 2016.

ICMBIO. Estudo de Publicização da ACADEBio Projeto (Re)nova ACADEBio. Relatório, Brasília- DR, janeiro 2022. Disponível em: https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/38032/mod_page/content/141/Estudo%20de%20Publiciza%C3%A7%C3%A3o%20da%20ACADEBio.pdf. Acesso em 01 maio 2023.

ICMBIO. Portaria normativa nº 1.270/22. Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Disponível em https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/portarias/portarias-2022/SEI_ICMBio13279335Portaria.pdf. Acesso em 29/07/2023.

KIRKPATRICK, D. L. The Official Site of the Kirkpatrick Model. [on line]. 2011. Disponível em: <http://www.kirkpatrickpartners.com/> Acesso em 19 jun 2011.

KNOWLES, M. S.; HOLTON III, E. F.; SWANSON, R. A. Aprendizagem de resultados: uma abordagem prática para aumentar a efetividade da educação corporativa. Tradução de Sabine Alexandra Holler. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

LE BOTERF, G. Competence et navigation professionnelle. Paris: Editions d ´Organization,2000.
LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
LUCKESI, C.; FERRARI, M. Entrevista com Cipriano Carlos Luckesi. Nova Escola revista online, 2006. https://novaescola.org.br/conteudo/190/cipriano-carlos-luckesi-qualidade-aprendizado. Acesso em: 08 mar. 2022.

MASCIA, M. B. et al. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) in Africa, Asia, and Latin America and the Caribbean, 1900–2010. Biological Conservation, n. 169, p. 355-361, 2014.

MASCIA, M. B.; PAILLER, S. Protected area downgrading, downsizing, and degazettement (PADDD) and its conservation implications. Conservation Letters, n. 4, p. 9-20, 2011. doi: 10.1111/j.1755-263X.2010.00147.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Diretrizes para Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA. 2008. Disponível em: /https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/Politica/politica-encea/encea.pdf. Acesso em 24 abr. 2023.

MOREIRA, A. M. A teoria da Aprendizagem significativa de Ausubel. In: MOREIRA, A. M. Teorias de Aprendizagem. EPU: São Paulo, 1999. 151-165p.

MORETTO, V. P. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento das competências. Petrópolis: Vozes, 2013.

NUNES, T. S. F. Educação profissional à luz do modelo de competências: sob o olhar docente. UFPE - CE – GT: Trabalho e Educação / n.09 Agência Financiadora: Sem Financiamento. 2007

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Tradução de Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PINTO, Á. V. Sete lições sobre Educação de Adultos. São Paulo: Cortez, 2007.
QUINTAS, J.S. Introdução à Gestão Ambiental Pública. IBAMA, 2005.
RAYMUNDO, M. H. A. et al. Projeto político-pedagógico como estratégia para inclusão da Educação Ambiental nas políticas públicas brasileiras. Revista Científica Galego- Lusófona de Educación Ambiental, v. 2, n. 20, p. 151-165, 2015.

SANTOS, B. de S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, R. B. A. da et al. ACADEBio: uma inovação para conservação da biodiversidade. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação CBUC, 8., 21 a 25 de setembro de 2015. Curitiba, PR. Anais. Curitiba, PR, 2015.

UFSCAR; ICMBIO. Projeto Político Pedagógico do ICMBio: diálogos acerca da gestão educacional e da formação pedagógica. Sorocaba: [s.n.], 2016. Disponível em: chrome-https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/1287/mod_page/content/398/PPP%20ICMBIO.pdf. Acesso em: 05. jul. 2023.

VASCONCELLOS, C S. Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 21ª ed. São Paulo: Libertad Editora, 2010.

VEIGA, I. P. e FONSECA, M. (org.). As dimensões do Projeto Político Pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001
VEIGA, I.P. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

ZEFERINO, A. M. B.; DOMINGUES, R. C. L.; AMARAL, E. Feedback como estratégia de ensino/aprendizagem na educação médica. Revista brasileira de educação médica, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 176-179, aug. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbem/v31n2/08.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

4.4 ANEXO 1 - RELATÓRIO DE EVENTOS (2018 a 2023)

ANO	NOME DO EVENTO	MODALIDADE/ LOCAL	CARGA HORÁRIA (TOTAL)	OBSERVAÇÕES GERAIS
2018	Capacitação GE e FLONA Ipanema (Escoteiros)	Presencial	18:00	
2018	Curso para Fiscais de Contrato Aplicado ao Georreferenciamento de Imóveis e UC (2ª Fase - Expedição Cheia)	Presencial	8:00	
2018	Curso de Gestão de Conflitos Pessoais e Interpessoais - mod. 1	Presencial	0:00	
2018	3ª Oficina de Planejamento do 5º PGR	Presencial	11:00	
2018	Oficina de Planejamento do III CGSA (Planejamento e Comunicação)	Presencial	n/a	
2018	Curso de Capacitação em WEB Sig da APASM	Presencial	16:00	
2018	Curso de Gestão de Conflitos Pessoais e Interpessoais - mod. 2	Presencial	6:00	
2018	Curso de Monitoramento do Número de Visitantes	Presencial	16:00	
2018	Curso de Sistema de Comando de Incidentes - Módulos básico e intermediário (EXTERNO: Sede)	Presencial	7:00	
2018	Capacitação do Conselho Consultivo Flona de Ipanema I	Presencial	8:00	
2018	Oficina de Planejamento do Curso de Fiscalização de Pesca I (EXTERNO: ESEC Carijós - Florianópolis/SC)	Presencial	2:00	
2018	III CGSA módulos 3 e 4	Presencial	4:00	80h presencial + 20h EAD
2018	Oficina de Planejamento do PGR Moçambique	Presencial	6:00	
2018	Curso de Planejamento de Exposições Interpretativas (EXTERNO: PARNA da Tijuca)	Presencial	2:00	
2018	Capacitação do Conselho Consultivo Flona de Ipanema II	Presencial	8:00	
2018	Curso de Atualização para Gerentes do Fogo e Especialistas (EXTERNO: PARNA Serra da Canastra)	Presencial	2:00	
2018	Curso Ampliado de Georreferenciamento e Demarcação de UC	Presencial	2:00	
2018	5º PGR - mod. 1	Presencial	2:00	
2018	Oficina de Elaboração do Plano de Ação dos Primatas da Mata Atlântica	Presencial	11:00	
2018	Curso de Gestão de Conflitos Pessoais e Interpessoais - mod. 3	Presencial	4:00	
2018	Curso Prático de Tiro para de Renovação de Porte de Armas 2	Presencial	20:00	

2018	V Seminário Internacional de Turismo em Áreas Protegidas da Amazônia e o I Encontro de Práticas de Turismo de Base Comunitária (EXTERNO: Rio Branco-AC)	Presencial	2:00	
2018	Curso de Fiscalização de Contratos para Fiscais Técnicos/Setoriais	Presencial	16:00	
2018	Curso de Gestão para Resultados em Áreas Protegidas HCD (ABC/PGR Moçambique)	Presencial	15:00	
2018	Curso Básico de Geoprocessamento com QGIS (EXTERNO: Florianópolis-SC)	Presencial	3:00	55h presencial + 20h EAD
2018	Oficina GAT PAN Aves Campos Sulinos	Presencial	11:00	
2018	PAN Herpetofauna do Sul	Presencial	1:00	
2018	5º PGR - mod. 2	Presencial	2:00	
2018	Curso Priorização Espacial para o Planejamento de Conservação da Biodiversidade (Zonation)	Presencial	12:00	36h presencial + 24h EAD
2018	Curso de Planejamento do Uso Público (EXTERNO - Itaituba/PA)	Presencial	21:00	
2018	28º Curso Internacional de Manejo de Áreas Protegidas (EXTERNO: EUA)	Presencial	n/a	
2018	18º Seminário Internacional de Manejo de Áreas Protegidas (EXTERNO: EUA)	Presencial	n/a	
2018	Capacitação para Condutores de Visitantes da Flona de Ipanema - 13h às 18h	Presencial	0:00	
2018	Oficina de Planejamento do Curso de Aprofundamento de Instrutores do CFI	Presencial	n/a	
2018	Curso de Piloto/Operador de RPA do ICMBio - OARP (Drone)	Presencial	12:00	
2018	Oficina Preparatória para o Curso de Fiscalização de Infrações Contra a Fauna I	Presencial	21:00	
2018	III CGSA - seminário de encerramento	Presencial	12:00	40h presencial + 20h EAD
2018	5º PGR - mod. 3	Presencial	8:00	
2018	Curso de Mapeamento de competência - Sensibilização da alta gestão e dos servidores para o projeto de mapeamento de competência	Presencial	3:00	
2018	Curso de Mapeamento de Competência - capacitação da equipe de implantação para a condução do mapeamento	Presencial	16:00	
2018	Oficina de Planejamento do Curso de Políticas Públicas (EXTERNO: Jardim Botânico-Bsb)	Presencial	n/a	

2018	Curso de Capacitação nos Protocolos do Monitora-Componente Aquático Continental Amazônico: Igarapés - 1ª edição (EXTERNO: ESEC Maracá - Manaus/AM)	Presencial	1:00	
2018	Curso de Mapeamento de Competência - curso de como utilizar o sistema GESTCOM (EXTERNO: Sede-Bsb)	Presencial	16:00	
2018	Workshop Engenharia Florestal UFSCar / FLONA de Ipanema	Presencial	20:00	
2018	5º Seminário Móvel de Planejamento e Gestão do Turismo em Áreas Protegidas (EXTERNO: EUA)	Presencial	n/a	
2018	1ª Oficina - Identificação em Mapeamento de Competência (EXTERNO: Sede-Bsb)	Presencial	16:00	
2018	2ª Oficina - Identificação em Mapeamento de Competência (EXTERNO: Sede - Bsb)	Presencial	16:00	
2018	X Seminário de Pesquisa e X Encontro de Iniciação Científica no ICMBio	Presencial	6:00	
2018	3ª Oficina - Identificação em Mapeamento de Competência	Presencial	16:00	
2018	Curso de Planejamento e Manejo de Trilhas Terrestres (EXTERNO: PARNA de Itatiaia/RJ)	Presencial	2:00	
2018	4ª Oficina - Identificação em Mapeamento de Competência	Presencial	16:00	
2018	Curso de Aprofundamento para Instrutores de CFI	Presencial	3:00	50h presencial + 25h EAD
2018	Curso de Fiscalização de Pesca I (EXTERNO: CEPENE)	Presencial	0:00	
2018	Oficina de Avaliação do Estado de Conservação das Aves do Cerrado e Pantanal	Presencial	16:00	
2018	Curso Avançado de Geoprocessamento com QGIS - Formação de Ponto Geo de Operações de Fiscalização	Presencial	2:00	
2018	Reunião de Avaliação e Planejamento do Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental	Presencial	21:00	
2018	2ª Reunião de Monitoria do Plano de Ação para a Conservação das Aves da Mata Atlântica - PAN Aves da Mata Atlântica	Presencial	1:00	
2018	Oficina de planejamento para o Curso de Princípios de Interpretação Ambiental	Presencial	8:00	
2018	Oficina de planejamento e manejo de recursos naturais em unidades de conservação federais	Presencial	12:00	
2018	Curso de Princípios de Interpretação Ambiental	Presencial	21:00	

2018	5ª Oficina - Identificação em Mapeamento de Competência - oficina extra (EXTERNO: Brasília/DF)	Presencial	16:00	
2018	Oficina de Avaliação do Estado de Conservação de Carnívoros	Presencial	21:00	
2018	Curso de Avaliação de Imóveis Rurais para fins de Regularização Fundiária	Presencial	2:00	
2018	Curso de Políticas Públicas para Inclusão Social e Produtiva de Populações Tradicionais	Presencial	22:00	
2018	Capacitação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos - 1º Curso Pocket de Mediação (EXTERNO: Florianópolis/SC)	Presencial	6:00	
2018	Oficina de Avaliação de Peixes Continentais e Amazônicos do 2º Ciclo	Presencial	21:00	
2018	Gestão de Recursos Pesqueiros em UCs (EXTERNO: Porto Seguro)	Presencial	2:00	
2018	Oficina para Elaboração do Plano de Ação de Monitoramento e Controle do Javali nas FLONAS de Ipanema e Capão Bonito	Presencial	20:00	
2018	Encontro do Grupo Mediare	Presencial	n/a	
2018	Oficina de Planejamento do Curso de Fiscalização - Fundação Florestal SP	Presencial	20:00	
2018	MBI UFSCar - Programa PEGASus	Presencial	n/a	
2018	Curso de capacitação nos protocolos dos alvos globais do Monitora - Componente manguezal (EXTERNO: CEPENE)	Presencial	16:00	
2018	5º PGR - mod. 4	Presencial	16:00	
2018	Oficina de Avaliação do Estado de Conservação das espécies de Morcegos	Presencial	21:00	
2018	Workshop de Educação Ambiental Flona e ARAMAR	Presencial	20:00	
2018	Capacitação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos - 2º Curso Pocket de Mediação	Presencial	21:00	
2018	Curso de Fiscalização - Fundação Florestal SP - mod. I e II	Presencial	0:00	
2019	Expedição SOS Mata Atlântica	Presencial	n/a	
2019	Capacitação de Dirigentes e Chefes Escotistas	Presencial	21:00	
2019	Oficina de Planejamento - Ciclo 2 - Fundação Florestal	Presencial	6:00	
2019	Oficina de Planejamento do PGR 6	Presencial	20:00	
2019	Oficina de Planejamento do CFI	Presencial	18:00	
2019	Oficina de Planejamento da Capacitação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos (Sede - Bsb/DF)	Presencial	20:00	

2019	Capacitação em Relações Humanas e Mediação de Conflitos (Itaituba/PA)	Presencial	16:00	
2019	Avaliação do Estado de Conservação das Espécies e Uso do Sistema SALVE (CEPTA)	Presencial	12:00	
2019	Oficina preparatória para o Curso de Formação de Agentes de Fiscalização Ambiental Nível 2 - AF2	Presencial	16:00	
2019	Curso de Fiscalização - Fundação Florestal SP - Ciclo 2 - mod. III e IV	Presencial	19:00	
2019	Intercâmbio de Manejo Integrado do Fogo - 1 (ESEC Serra Geral do Tocantins)	Presencial	22:00	
2019	Reunião de Planejamento do 4º CGSA	Presencial	16:00	
2019	Oficina de Geoprocessamento	Presencial	18:00	
2019	Curso de Fiscalização - Fundação Florestal SP - Ciclo 3 - mod. V e VI	Presencial	23:00	
2019	Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental	Presencial	2:00	
2019	Curso de Formação de Instrutores - CFI 2019 - Turma 1	Presencial	22:00	
2019	Curso de Fiscalização - Fundação Florestal SP - Ciclo 4 - mod. VII e VIII	Presencial	16:00	
2019	Intercâmbio de Manejo Integrado do Fogo - 2 (PARNA Campos Amazônicos)	Presencial	22:00	
2019	PGR 6 - módulo 2	Presencial	2:00	
2019	Encontro Nacional das Polícias Militares Ambientais_MMA	Presencial	12:00	
2019	Intercâmbio de Manejo Integrado do Fogo - 3 (PARNA Chapada dos Guimarães)	Presencial	22:00	
2019	Curso de Produção Sustentável em UC - módulo 1 (EXTERNO)	Presencial	2:00	
2019	Curso de Planejamento de Uso Público	Presencial	2:00	
2019	Curso de Capacitação nos Protocolos do Monitora - Componente Aquático Continental Amazônico: Igarapés (2ª ed.)	Presencial	1:00	
2019	Curso Oficina de Avaliação de Projetos de Turismo de Base Comunitária	Presencial	16:00	
2019	MBI UFSCar 2019	Presencial	n/a	
2019	Oficina de Planejamento Cursos NUCAM	Presencial	n/a	
2019	Curso de Formação de Instrutores - CFI 2019 - Turma 2	Presencial	22:00	
2019	Curso-oficina para nivelamento do banco de instrutores em monitoramento da pesca artesanal em UCs	Presencial	22:00	
2019	Curso de Produção Sustentável em UC - módulo 2 (EXTERNO)	Presencial	7:00	

2019	Curso Atualização para Agentes de Fiscalização do IBAMA e do ICMBio - 1ª turma	Presencial	2:00	
2019	Curso Formação Básica da Equipe de Análise Preliminar - EAP (EXTERNO)	Presencial	2:00	
2019	4º CGSA - módulo 1 (EXTERNO - CEPTA)	Presencial	8:00	
2019	Curso Atualização para Agentes de Fiscalização do IBAMA e do ICMBio - 2ª turma	Presencial	3:00	
2019	Curso Atualização para Agentes de Fiscalização do IBAMA e do ICMBio - 3ª turma	Presencial	4:00	
2019	Oficina de Validação de Dados no SIGEO	Presencial	n/a	
2019	Aplicação de sistema de análise e monitoramento de gestão - SAMGe (EAD turma piloto)	EAD	16:00	
2019	Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental (EAD turma piloto)	EAD	16:00	
2019	Curso de Formação dos Servidores do Núcleo de Conciliação Ambiental - NUCAM	Presencial	2:00	
2019	Curso de Formação de Gestores ICMBio - SICAFI	Presencial	6:00	
2019	PGR 6 - módulo 4	Presencial	2:00	
2019	Aplicação de sistema de análise e monitoramento de gestão - SAMGe (EAD turma 1)	EAD	16:00	
2019	Oficina de Planejamento do Curso OARP	Presencial	n/a	
2019	1ª Oficina Planejamento Recursos de Compensação Ambiental	Presencial	6:00	
2019	Oficina de Avaliação dos Marsupiais	Presencial	1:00	
2019	5ª Oficina de Avaliação de Peixes (CEPTA+CEPAM)	Presencial	16:00	
2019	Oficina de Avaliação do Estado de Conservação das Aves Marinhas e Costeiras	Presencial	20:00	
2019	Curso de Extrator de Dados (SIAPE)	Presencial	13:30	
2019	Curso de Sistema Data Warehouse (DW)	Presencial	13:30	
2019	4º CGSA - módulo 2 (EXTERNO - CEPTA)	Presencial	8:00	
2019	Oficina de preparação "Curso de Gestão de Conflitos- projeto Lira"	Presencial	11:00	
2019	Oficina de Interpretação Ambiental	Presencial	16:00	
2019	Oficina de Avaliação de Ephemeroptera	Presencial	21:00	
2019	Curso monitoramento participativo da pesca artesanal em UCs	Presencial	11:00	
2019	Curso de Formação de Monitores de Aves Limícolas (Bragança/PA)	Presencial	8:00	
2019	2º Curso Operador de RPAS do ICMBio - OARP	Presencial	16:00	
2019	I Curso de Capacitação em Monitoramento da Castanha	Presencial	5:00	
2019	PGR 6 - módulo 5	Presencial	2:00	

2019	PAN Rivulídeos	Presencial	2:00	
2019	Curso MEDIARE: Desenvolvimento de competências sociais-emocionais para trabalhos em equipes e mediação de conflitos interpessoais	Presencial	6:00	
2020	Oficina do Mediare	Presencial	n/a	
2020	Curso MEDIARE - Desenvolvimento de competências sociais-emocionais para trabalhos em equipes e mediação de conflitos interpessoais	Presencial	7:00	
2020	6º PGR - módulo 7	Presencial	6:00	
2020	Curso de formação de moderadores para elaboração do Plano de Manejo	Presencial	13:15	
2020	Oficina de Planejamento 7º PGR	Presencial	0:00	
2020	Curso Formação de Conteudista para EAD	EAD	12:00	
2020	Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental	EAD	16:00	
2020	Curso SISBio para Operadores - Turma 1 (EAD)	EAD	2:00	
2020	Curso Trilha de Aprendizagem: Utilizando o AVA/ICMBio	EAD	22:00	
2020	Curso de Gestão de Segurança da Visitação nas Unidades de Conservação Federais	EAD	11:00	
2020	Treinamento - Automação de Serviços: Autorização para realização de eventos em UC (EAD)	EAD	4:00	
2020	Curso de Instrução Normativa 5 - Eventos em Unidades de Conservação	EAD	6:00	
2020	Minicurso de monitoramento da visitação em unidades de conservação	EAD	10:00	
2020	Curso SISBio para Operadores - Turma 2 (EAD)	EAD	2:00	
2020	Oficina Preparatória para o Curso de Aprofundamento para Servidores do NUCAM (EAP e ECAC)	EAD	18:00	
2020	Oficina do Curso de Atualização de Agentes de Fiscalização	EAD	10:00	
2020	Curso Intensivo de Formação da Equipe de Análise Preliminar - EAP	EAD	15:00	
2020	Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe - turma 1	EAD	16:00	
2020	Curso de Primeiros Socorros e Resgate em Áreas Remotas	Presencial	6:00	
2020	Tutoria EAD do Ambiente Virtual de Aprendizagem - turma piloto	EAD	16:00	
2020	Curso SISBio para Operadores - Turma 3 (EAD)	EAD	2:00	
2020	Curso de Autorização de Uso Público para Visitação	EAD	4:00	
2020	Elaboração e Revisão de Planos de Manejo	EAD	16:00	

2020	Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe - turma 2	EAD	16:00	
2020	XI Seminário de Pesquisa e XII Encontro de IC do ICMBio	EAD	20:00	
2020	Curso de Atualização de Agentes de Fiscalização	EAD	6:00	
2020	Curso de Processo Administrativo Disciplinar - PAD (equipe ampliada)	EAD	3:00	
2020	Curso de Processo Administrativo Disciplinar - PAD (equipe dedicada)	EAD	3:00	
2020	Curso Planejar para Resultado	EAD	20:00	
2020	Oficina Preparatória de Operador de Aeronave Remotamente Pilotada - Mapeamento	EAD	16:00	
2020	Treinamento - Automação de Serviços: Autorização para Uso Público em UC	EAD	4:00	
2020	IV CGSA - Módulo 3	EAD	n/a	
2020	Fundamentos de Cartografia	EAD	16:00	
2020	Curso de Regularização Fundiária	EAD	n/a	
2020	Tartaruga Marinha: Conhecimento para a identificação dos alvos de monitoramento	EAD	16:00	
2020	Introdução Conservação da Biodiversidade	EAD	0:00	
2020	Biodiversidade Marinha e Costeira	EAD	16:00	
2020	Biodiversidade Aquática Continental	EAD	16:00	
2020	Tartaruga Marinha: Uso de equipamentos de coleta de dados e amostragem	EAD	n/a	
2020	Ave marinha: Uso de equipamentos de coleta de dados e amostragem	EAD	n/a	
2020	Ave limícola: Uso de equipamentos de coleta de dados e amostragem	EAD	n/a	
2020	Biodiversidade em Ecossistemas Terrestres	EAD	16:00	
2020	Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade	EAD	0:00	
2020	Territórios da Sociobiodiversidade e Ecologia de Paisagem	EAD	0:00	
2020	Monitoramento da Biodiversidade	EAD	0:00	
2020	Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade	EAD	0:00	
2020	Protocolos de monitoramento de Igarapés - alvos globais	EAD	16:00	
2020	Protocolos de monitoramento do Florestal - alvos globais	EAD	16:00	
2020	Ave marinha: Conhecimento para a identificação dos alvos de monitoramento	EAD	16:00	
2020	Ave limícola: Conhecimento para a identificação dos alvos de monitoramento	EAD	16:00	
2020	Caça de subsistência	EAD	8:00	

2020	Protocolo para monitoramento de mamíferos e aves cinegéticas em áreas sob manejo florestal	EAD	8:00	
2020	Protocolo para monitoramento da castanha sob influência do manejo comunitário	EAD	8:00	
2020	Protocolo de automonitoramento da pesca continental	EAD	8:00	
2020	Protocolo de monitoramento do pirarucu	EAD	8:00	
2020	Protocolo de monitoramento de quelônios amazônicos	EAD	8:00	
2020	Gestão dos Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN	EAD	16:00	
2020	Curso de Produção Sustentável em UCs de Uso Sustentável	EAD	n/a	
2020	Integração de Valores Culturais da Natureza na Gestão de UC	EAD	16:00	
2020	Compensação Ambiental - novos marcos	EAD	n/a	
2020	Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em UCs Federais	EAD	16:00	
2020	Curso de Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos	EAD	n/a	
2020	Porta Vozes ICMBio	EAD	n/a	
2021	Curso de Formação de Brigadas em Prevenção e Combate a Incêndio	Híbrido	16:00	
2021	Treinamento em Serviço em Manejo Integrado do Fogo	Presencial	16:00	
2021	Curso Introdução à Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação	Híbrido	20:00	
2021	Curso de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - turma 01 (MMA)	EAD	3:00	
2021	Curso de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - turma 02 (ICMBio)	EAD	3:00	
2021	Curso de Manejo de Espécies Exóticas Invasoras em Unidades Federais - Curso EAD	EAD	16:00	
2021	Oficina Preparatória para o Curso de Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI	EAD	16:00	
2021	Curso Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: da concepção à gestão	EAD	16:00	
2021	Oficina preparatória para o Curso QGIS - formação em Ponto Geo pra operação de fiscalização	EAD	12:00	
2021	Curso de Formação de Mediadores Institucionais	Híbrido	20:00	

2021	Curso Internacional Virtual - Determinação da Origem e Causa de Incêndios Florestais	EAD	6:00	
2021	Curso de Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização - SICAFI	EAD	16:00	
2021	Treinamento para Registro de Autos de Infração Prescritos	EAD	4:00	
2021	Curso Análise de Prescrição de Autos de Infração	EAD	16:00	
2021	Curso Intercâmbio de Manejo Integrado do Fogo - MIF	Presencial	16:00	
2021	Capacitação de Avaliadores de Artigos Científicos	EAD	20:00	
2021	Curso de Eventos em Unidades de Conservação - 1º curso	EAD	14:00	
2021	Curso de Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental	EAD	16:00	
2021	IV Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (módulo III) + Intermódulo	Híbrido	8:00	
2021	Curso de Admissibilidade em Sede Correcional - 1ª turma	EAD	12:00	
2021	Curso de Geoprocessamento com QGis - Formação de Agente Geo para Operações de Fiscalização	EAD	16:00	
2021	Curso de Admissibilidade em Sede Correcional - 2ª turma	EAD	12:00	
2021	Curso Online Extrator de Dados e Data Warehouse SIAPE	EAD	16:00	
2021	Curso de Tutoria em EAD	EAD	16:00	
2021	Oficina preparatória para o Curso de Julgamento de Autos de Infração	EAD	10:00	
2021	Curso Integração de Valores Culturais da Natureza na Gestão de UC	EAD	16:00	
2021	Curso SAMGe - Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão	EAD	16:00	
2021	XII Seminário de Pesquisa do ICMBio e XIII Encontro de Iniciação Científica do ICMBio: desafios para a Década da Restauração dos Ecossistemas	EAD	20:00	
2021	Curso de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) - 1ª turma	EAD	13:00	
2021	Oficina preparatória para o Curso de Atualização de Agentes de Fiscalização	EAD	8:00	
2021	Curso Capacitação dos Pontos Focais SAMGe	Híbrido	16:00	
2021	Curso Introdução à Conservação da Biodiversidade	EAD	0:00	

2021	Treinamento em Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos - serviços continuados com dedicação exclusiva	EAD	12:00	
2021	Curso Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos - Alvo Global	Híbrido	16:00	
2021	Oficina preparatória para Curso de Fundamentos da Educação para Instrutoria: preparatório para o CFI	EAD	6:00	
2021	Curso de Monitoramento Participativo da Pesca Artesanal em UC da Região Norte (litoral amazônico)	Híbrido	8:00	
2021	Curso de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) - 2ª turma	EAD	15:00	
2021	Curso de Fundamentos da Educação para Instrutoria: preparatório para o CFI	Híbrido	0:00	
2021	IV Ciclo de Formação em Gestão Socioambiental (módulo IV)	Híbrido	11:00	
2021	Curso de Introdução à Produção Sustentável em UC (turma piloto)	Híbrido	16:00	
2021	Curso Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade	EAD	0:00	
2021	PAN Herpetofauna do Sudeste	Presencial	8:00	
2021	PAN Herpetofauna do Sul	Presencial	12:00	
2021	Curso Anfitrião Interpretativo	EAD	20:00	
2021	Curso de Atualização de Agentes de Fiscalização: módulo Auto de Infração Eletrônico - AI-E	EAD	12:00	
2021	Curso Quando e Como Elaborar Editais de Autorização de Uso Público (1 turma realizada)	EAD	19:00	
2021	Encontro entre profissionais da Educação de Araçoiaba da Serra	Presencial	3:00	
2021	Oficina de Planejamento do PGR 2022	Presencial	8:00	
2022	Treinamento em Serviço em Manejo Integrado do Fogo 2022	Presencial	8:00	
2022	Curso Teórico de Formação de Brigada - 3ª Edição 2022	Híbrido	8:00	
2022	Planejamento Estratégico 2022 - Prefeitura Municipal de Araçoiaba da Serra	Presencial	n/a	
2022	Reunião de análise das necessidades estruturais - Diretoria ICMBio e ACADEBio	Presencial	n/a	
2022	Visita técnica referente aos estudos para concessão da Flona de Ipanema	Presencial	n/a	
2022	Curso Análise de Prescrição de Autos de Infração	EAD	11:00	
2022	Oficina de Validação de Avaliação de Espécies Ameaçadas	Presencial	n/a	

2022	Ciclo de Formação em Gestão para Resultados (PGR) - Turma 7	Híbrido	22:00	
2022	Curso de Formação de Instrutores - CFI Didática	EAD	16:00	
2022	4º Conferência Nacional de Educação "Inclusão, equidade e qualidade - compromisso da Educação Brasileira"	Presencial	n/a	
2022	Curso Introdução à Produção Sustentável em UC	EAD	12:00	
2022	Curso de Tutoria em EAD	EAD	16:00	
2022	Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos (Alvo Global) - Turma 01/2022	Híbrido	16:00	
2022	Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental	EAD	16:00	
2022	PAN Tubarões	Presencial	n/a	
2022	Oficina de Planejamento do Curso Formação em Gestão da Biodiversidade (novos servidores)	Presencial	10:00	
2022	Reunião de Planejamento do 2º Ciclo do PAN São Francisco	Presencial	n/a	
2022	Oficina de Elaboração de Planos de Manejo Integrado do Fogo (PMIFs)	Híbrido	16:00	
2022	Curso Manifestação para o Licenciamento Ambiental - 1ª turma	Presencial	16:00	
2022	Oficina de Planejamento dos Cursos APAR e AF1	Presencial	8:00	
2022	Curso Aquisição de Porte de Arma Institucional - APAR	Presencial	16:00	
2022	Curso Biodiversidade em Ecossistemas Terrestres	EAD	16:00	
2022	Curso Biodiversidade Aquática Continental	EAD	16:00	
2022	Curso Encontro dos Saberes	Presencial	12:00	
2022	Oficina de Avaliação do Risco de Extinção dos Moluscos de Água Doce	Presencial	16:00	
2022	Curso Territórios da Sociobiodiversidade e Ecologia de Paisagens	EAD	0:00	
2022	Curso Formação de Agentes de Fiscalização - AF1	Presencial	10:00	
2022	Sistemas EFD-Reinf e-Social, DCTFWeb e DARF com código de barras aplicados para a Administração Pública (EAD)	EAD	16:00	
2022	Formação em Gestão da Biodiversidade (novos servidores) - 1ª e 2ª chamadas - módulo EAD	Híbrido	16:00	
2022	Formação em Gestão da Biodiversidade (novos servidores) - 3ª chamada - módulo EAD	Híbrido	16:00	

2022	Formação em Gestão da Biodiversidade (novos servidores) - módulo presencial	Híbrido	6:00	
2022	Gestão de Conflitos Interpessoais em Equipes (mediare)	Híbrido	22:00	
2022	Capacitação dos Pontos Focais SAMGe	Híbrido	16:00	
2022	Curso de Elaboração e Revisão do Plano de Manejo	Híbrido	12:00	
2022	Curso Integração de Valores Culturais na Gestão de UC	EAD	16:00	
2022	Imersão UFSCar - 1	Presencial	n/a	
2022	Imersão UFSCar - 2	Presencial	n/a	
2022	Oficina Pedagógica - Prefeitura de Pilar do Sul (das 8h às 13h)	Presencial	n/a	
2022	Imersão UFSCar - 3	Presencial	n/a	
2022	Curso Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe	EAD	16:00	
2022	Formação de professores de História, Geografia e Ciências - PM Araçoiaba da Serra	Presencial	n/a	
2022	2º Fórum Educacional "Jornada da Matemática" - Secretaria de Educação de Araçoiaba da Serra	Presencial	n/a	
2022	Curso Sisbio para Operadores - Turma 1 (2022)	EAD	2:00	
2022	Estágio de especialização Profissional de Identificação Florestal - Polícia Ambiental	Presencial	n/a	
2022	XIII Seminário de Pesquisa e XIV Encontro de iniciação Científica do ICMBio	Híbrido	8:00	
2022	Curso Fundamentos de Cartografia	EAD	16:00	
2022	Curso "Empreenda Rápido - Primeiros Passos"	Presencial	20:00	
2022	Colação de Grau 9º ano Escola EMEF Pedro Ferreira - Araçoiaba da Serra	Presencial	n/a	

2023	Curso de Elaboração do Plano de Manejo Integrado do Fogo - PMIF	Híbrido	36:00	
2023	Fundamentos de Cartografia	EaD	40:00	
2023	Curso Introdução à Manifestação para o Licenciamento Ambiental	EaD	40:00	
2023	Curso Monitoramento da Biodiversidade em Ambientes Campestres e Savânicos (Alvo Global)	EaD	40:00	
2023	Curso - SISBIO para Operadores	EaD	50:00	
2023	Curso Componente Igarapé/Riacho – Protocolos básicos para monitoramento dos Alvos Globais	Presencial	30:00	
2023	Curso de Gerenciamento de Brigada	Híbrido	28:00	
2023	Curso Componente Igarapé/Riacho – Protocolos básicos para monitoramento dos Alvos Globais	EaD	40:00	
2023	Introdução à Conservação da Biodiversidade	EaD	26:00	
2023	Curso Prático para Mediadores Institucionais	Presencial	43:00	
2023	Curso de Conteudista	EaD	40:00	
2023	Fundamentos de Cartografia (turma2)	EaD	40:00	
2023	Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental	Presencial	40:00	
2023	1ª Reunião Interinstitucional de 2023 do Grupo de Trabalho "Promoção da Integridade e do Trabalho Decente na Administração Pública"	Presencial	16:00	
2023	Seminário do Curso de Formação em Gestão da Biodiversidade	Presencial	60:00	
2023	Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção: Da concepção à gestão	EaD	40:00	
2023	Aplicação do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão - SAMGe	EaD	40:00	
2023	Integração de Valores Culturais da natureza na gestão de UC	EaD	40:00	
2023	Biodiversidade marinha e costeira	EaD	16:00	
2023	Curso de Julgamento de auto de infração em 1ª instância e 2ª instância	Presencial	48:00	
2023	Gestão das Emoções no Trabalho	EaD	20:00	
2023	Gestão da Segurança da Visitação em Unidades de Conservação da Natureza	Presencial	44:00	
2023	XVI Seminário de Pesquisa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	EaD	24:00	
2023	XVI Encontro de Iniciação Científica e Seminário de Pesquisa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Presencial	24:00	
2023	Fundamentos do Monitoramento da Biodiversidade	EaD	24:00	
2023	Componente Área Alagável – Protocolo básico para monitoramento do Alvo Global Pesca Continental	EaD	40:00	
2023	Gestão de Conflitos interpessoais em equipes	Híbrido	40:00	
2023	O/A Servidor/a Público/a do ICMBio e o território da Amazônia	EaD	40:00	
2023	Anfitrião Interpretativo	Presencial	24:00	
2023	Restauração em unidades de conservação	EaD	30:00	

2023	Oficina de atualização dos instrutores do Curso de Formação de Instrutores de Armamento, Tiro, IMPO e Abordagem	Presencial	32:00	
2023	Formação de Brigada	Presencial	40:00	
2023	Programa de Treinamento em Serviço em Manejo Integrado do Fogo	Presencial	48:00	A carga horária deste evento pode variar de acordo com a característica da unidade, sendo a carga horária mínima 16h

ACADEBIO 15 anos

ICMBio INSTITUTO CHICO MENDES MMA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
UDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO